



**INTRODUÇÃO À LINGUAGEM**

**E FILOSOFIA PARA**

**ESTUDANTES DE LETRAS**

BRUNO AISLÃ GONÇALVES DOS SANTOS

Caros alunos,

Esse ebook é um pdf interativo. Para conseguir acessar todos os seus recursos, é recomendada a utilização do programa Adobe Reader 11.

Caso não tenha o programa instalado em seu computador, segue o link para download:

<http://get.adobe.com/br/reader/>

Para conseguir acessar os outros materiais como vídeos e sites, é necessário também a conexão com a internet.

O menu interativo leva-os aos diversos capítulos desse ebook, enquanto as setas laterais podem lhe redirecionar ao índice ou às páginas anteriores e posteriores.

Nesse *pdf*, o professor da disciplina, através de textos próprios ou de outros autores, tece comentários, disponibiliza links, vídeos e outros materiais que complementarão o seu estudo.

Para acessar esse material e utilizar o arquivo de maneira completa, explore seus elementos, clicando em botões como flechas, linhas, caixas de texto, círculos, palavras em destaque e descubra, através dessa interação, que o conhecimento está disponível nas mais diversas ferramentas.

Boa leitura!

# SUMÁRIO

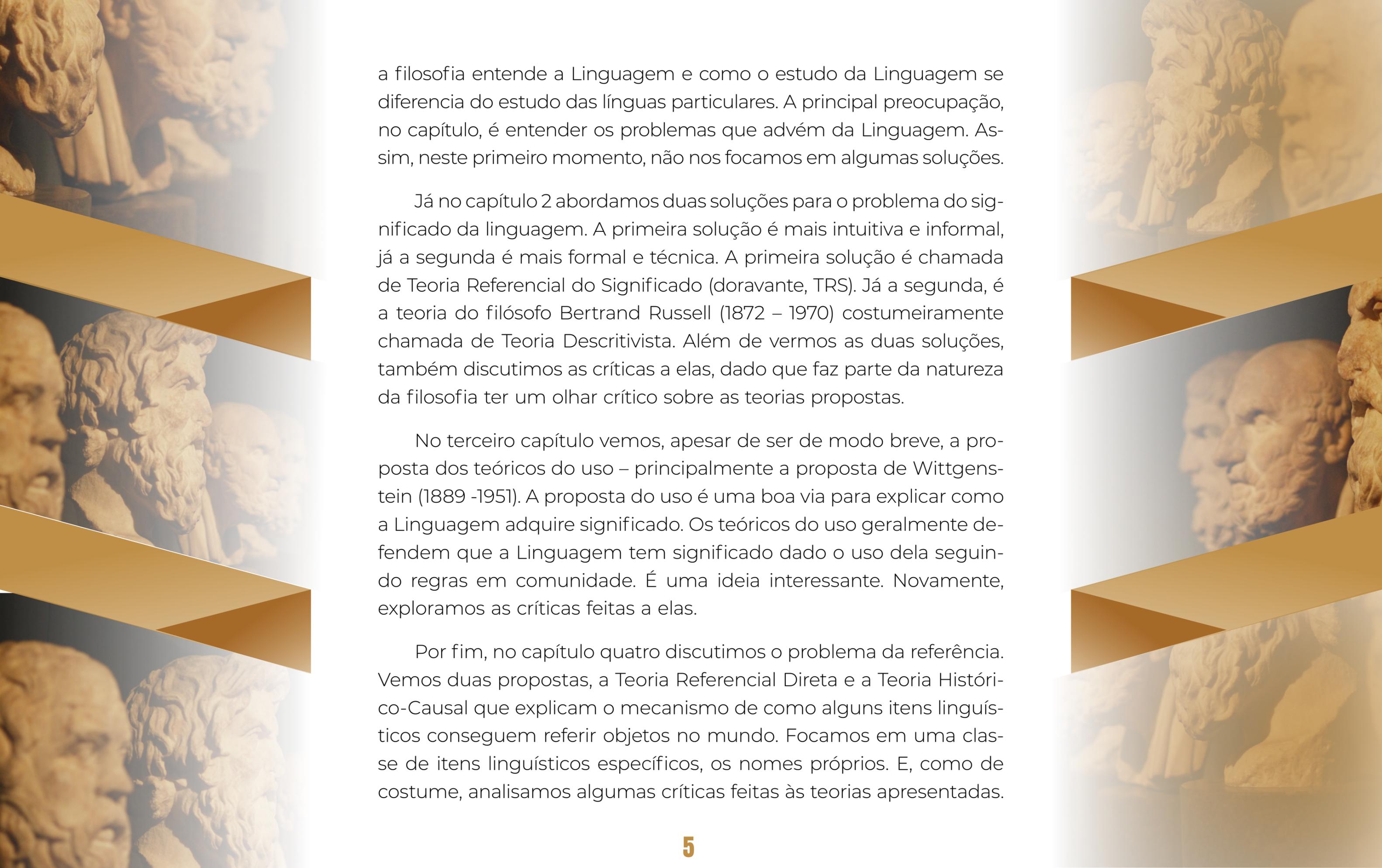


## **INTRODUÇÃO:**

### **O que você encontrará neste e-book?**

A Linguagem fascina os filósofos, desde dos tempos antigos. Na história da filosofia, cada filósofo tentou explicar aspectos da Linguagem a sua maneira, mas foi no final do século XIX que a filosofia da linguagem – nome da área da filosofia que se dedica especialmente à linguagem – ganhou um movimento filosófico que a coloca como um objeto central nas discussões. Gottlob Frege (1848-1925) é o principal filósofo responsável por dar à Linguagem um papel especial na filosofia. De lá para cá, muito se desenvolveu acerca da Linguagem, tanto em sua compreensão, quanto em sua formalização. Em filosofia, estamos interessados em estudar a Linguagem enquanto um objeto mais abstrato, sendo assim, estudar a Linguagem é diferente de estudar as diferentes línguas que já existiram, que existem ou que existirão. Dessa forma, tanto as línguas existentes – português, LIBRAS, inglês etc. – quanto as línguas consideradas mortas – latim, aramaico, sumério etc. – estão todas sob o mesmo fenômeno abstrato, a Linguagem. Mas, o que é relevante nesta disciplina é entender dois grandes problemas, quais sejam, o problema do significado e o problema da referência e, adicionalmente, entender um problema mais específico, o problema de como a linguagem literária adquire significado.

No capítulo 1 deste *e-book*, exploramos os problemas gerais e o problema específico supramencionados. Abordamos esses problemas de um ponto de vista pré-teórico, primeiro para compreender como



a filosofia entende a Linguagem e como o estudo da Linguagem se diferencia do estudo das línguas particulares. A principal preocupação, no capítulo, é entender os problemas que advêm da Linguagem. Assim, neste primeiro momento, não nos focamos em algumas soluções.

Já no capítulo 2 abordamos duas soluções para o problema do significado da linguagem. A primeira solução é mais intuitiva e informal, já a segunda é mais formal e técnica. A primeira solução é chamada de Teoria Referencial do Significado (doravante, TRS). Já a segunda, é a teoria do filósofo Bertrand Russell (1872 – 1970) costumeiramente chamada de Teoria Descritivista. Além de vermos as duas soluções, também discutimos as críticas a elas, dado que faz parte da natureza da filosofia ter um olhar crítico sobre as teorias propostas.

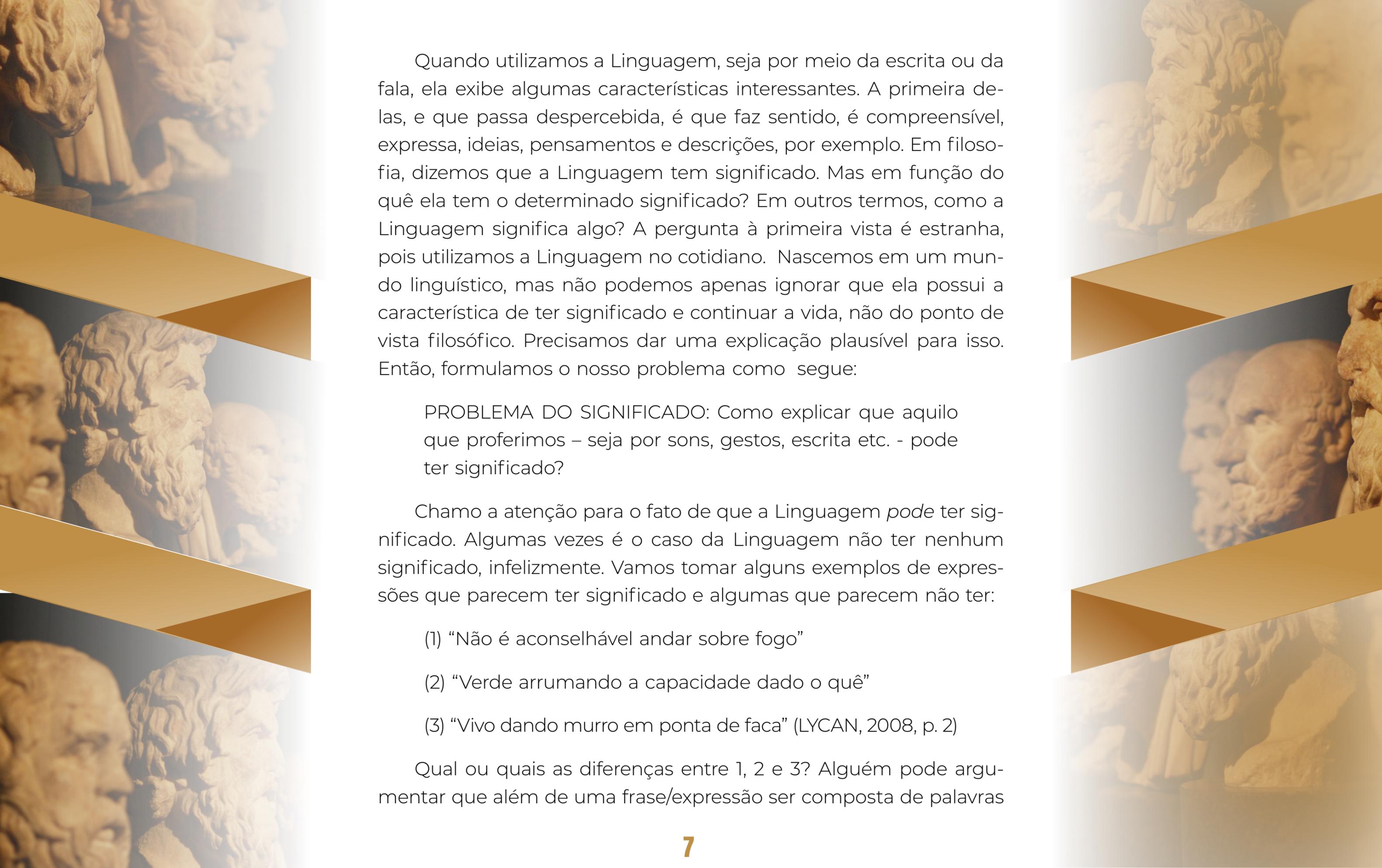
No terceiro capítulo vemos, apesar de ser de modo breve, a proposta dos teóricos do uso – principalmente a proposta de Wittgenstein (1889 -1951). A proposta do uso é uma boa via para explicar como a Linguagem adquire significado. Os teóricos do uso geralmente defendem que a Linguagem tem significado dado o uso dela seguindo regras em comunidade. É uma ideia interessante. Novamente, exploramos as críticas feitas a elas.

Por fim, no capítulo quatro discutimos o problema da referência. Vemos duas propostas, a Teoria Referencial Direta e a Teoria Histórico-Causal que explicam o mecanismo de como alguns itens linguísticos conseguem referir objetos no mundo. Focamos em uma classe de itens linguísticos específicos, os nomes próprios. E, como de costume, analisamos algumas críticas feitas às teorias apresentadas.

# 1. O PROBLEMA DO SIGNIFICADO E DA REFERÊNCIA

Quando discutimos a Linguagem, em Filosofia estamos, na maior parte do tempo, preocupados com uma discussão mais abstrata da Linguagem como um todo ao invés de uma preocupação mais pontual do funcionamento de uma língua em específico. A linguagem é definida como o fenômeno linguístico que inclui, dentre outras coisas, as línguas que já existiram, que existem e que podem vir a existir sejam elas naturais ou artificiais, humanas ou não, científicas ou ficcionais etc., tomadas de um ponto de vista que identifica os principais aspectos existentes em todo fenômenos linguístico, que a linguagem tem, significado e refere algo. Mas o que são tais problemas? Afinal, quando utilizamos a linguagem no dia a dia ela funciona sem apresentar grandes dificuldades.

Para entender o problema do significado e da referência, precisamos estabelecer certos pressupostos: (a) a Linguagem é tomada como um fenômeno bastante geral de forma que não discutimos o funcionamento de uma língua, em específico; (b) as diferentes línguas têm estruturas mais ou menos iguais, com itens linguísticos como, por exemplo, descrições definidas, nomes próprios, predicados etc.; (c) a Linguagem, via de regra, tem significado e funciona como um instrumento para falar do mundo e de nós mesmos, para referir algo. Isso posto, estudamos os problemas do significado e da referência.



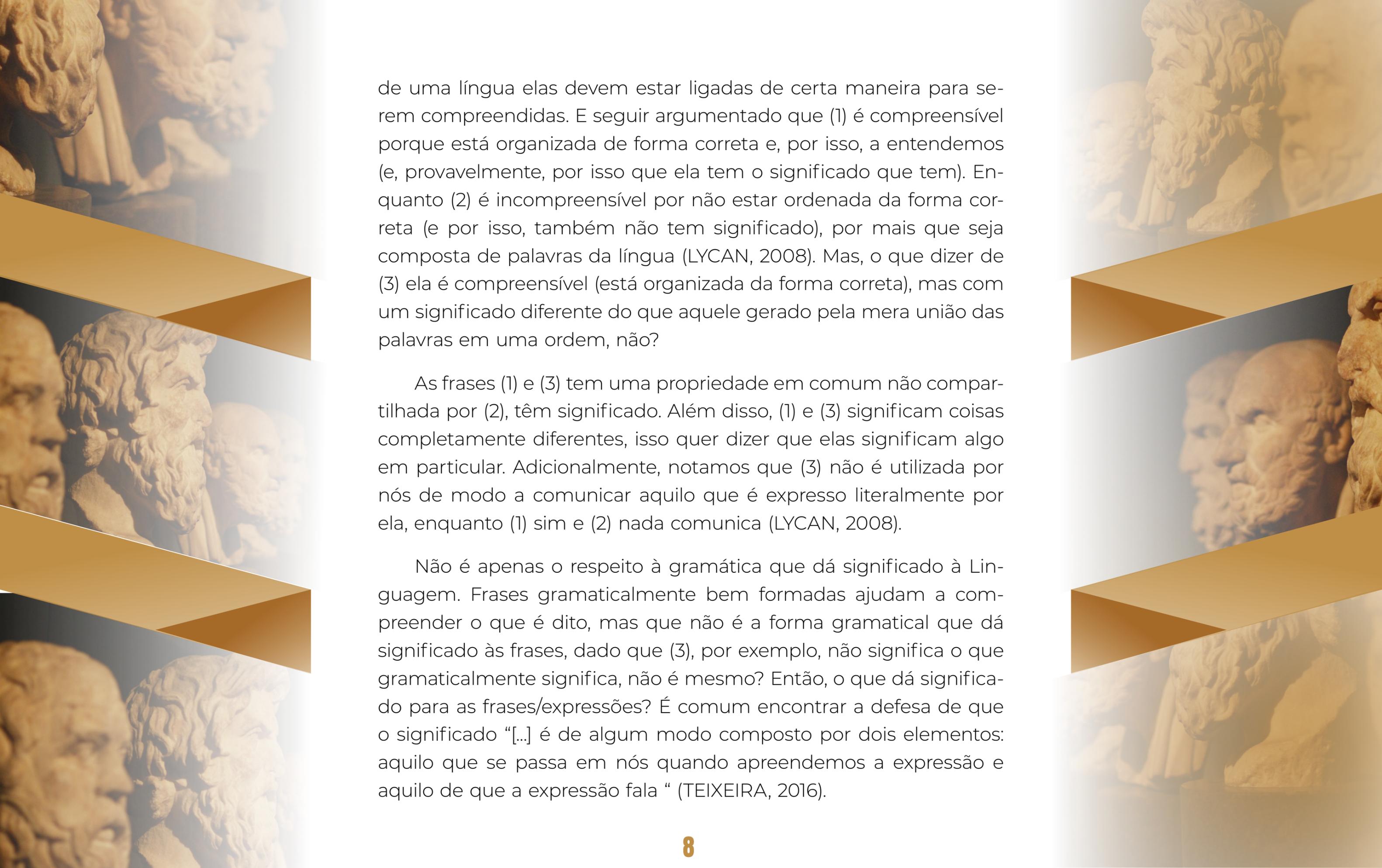
Quando utilizamos a Linguagem, seja por meio da escrita ou da fala, ela exhibe algumas características interessantes. A primeira delas, e que passa despercebida, é que faz sentido, é compreensível, expressa, ideias, pensamentos e descrições, por exemplo. Em filosofia, dizemos que a Linguagem tem significado. Mas em função do quê ela tem o determinado significado? Em outros termos, como a Linguagem significa algo? A pergunta à primeira vista é estranha, pois utilizamos a Linguagem no cotidiano. Nascemos em um mundo linguístico, mas não podemos apenas ignorar que ela possui a característica de ter significado e continuar a vida, não do ponto de vista filosófico. Precisamos dar uma explicação plausível para isso. Então, formulamos o nosso problema como segue:

PROBLEMA DO SIGNIFICADO: Como explicar que aquilo que proferimos – seja por sons, gestos, escrita etc. - pode ter significado?

Chamo a atenção para o fato de que a Linguagem *pode* ter significado. Algumas vezes é o caso da Linguagem não ter nenhum significado, infelizmente. Vamos tomar alguns exemplos de expressões que parecem ter significado e algumas que parecem não ter:

- (1) “Não é aconselhável andar sobre fogo”
- (2) “Verde arrumando a capacidade dado o quê”
- (3) “Vivo dando murro em ponta de faca” (LYCAN, 2008, p. 2)

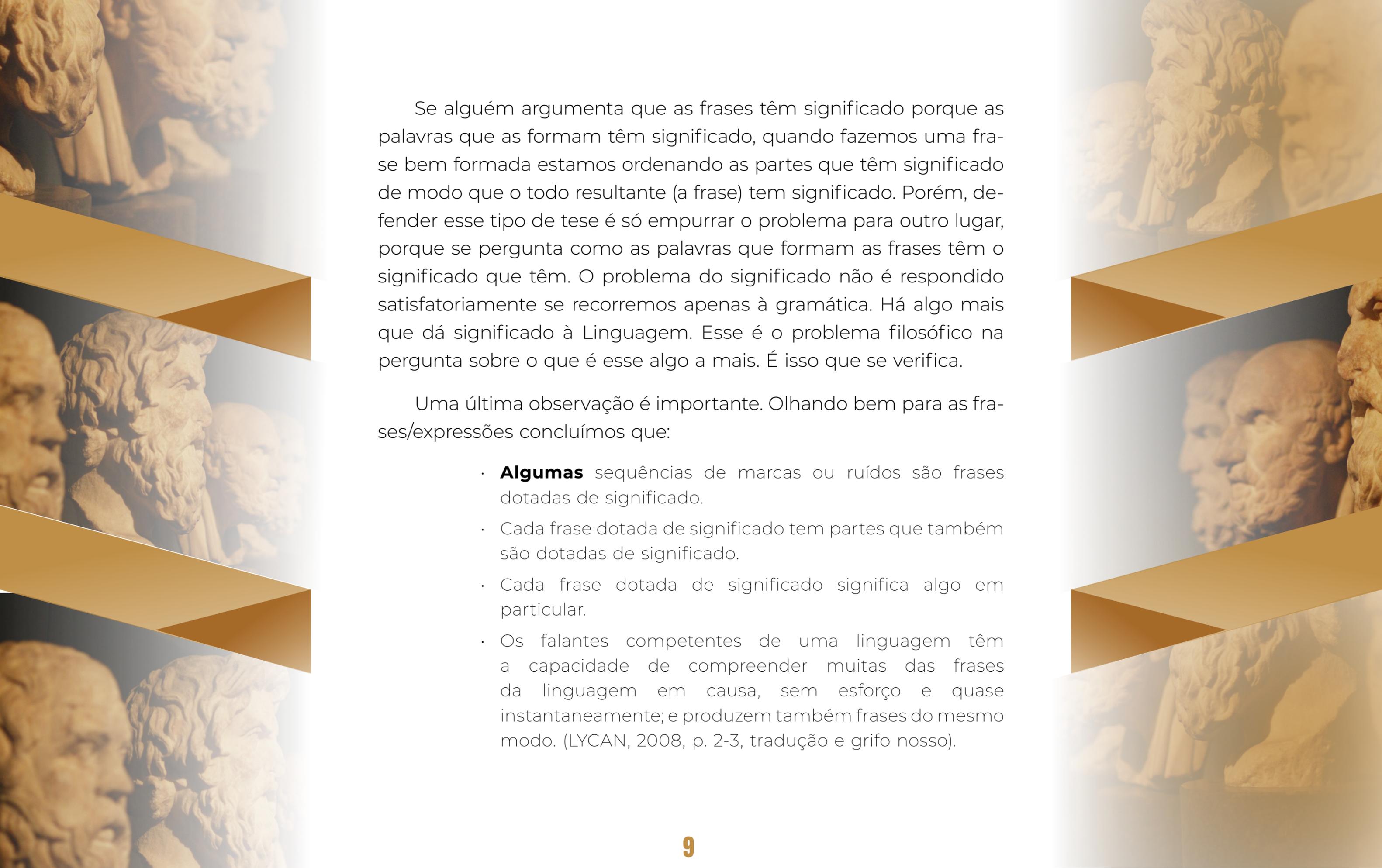
Qual ou quais as diferenças entre 1, 2 e 3? Alguém pode argumentar que além de uma frase/expressão ser composta de palavras



de uma língua elas devem estar ligadas de certa maneira para serem compreendidas. E seguir argumentado que (1) é compreensível porque está organizada de forma correta e, por isso, a entendemos (e, provavelmente, por isso que ela tem o significado que tem). Enquanto (2) é incompreensível por não estar ordenada da forma correta (e por isso, também não tem significado), por mais que seja composta de palavras da língua (LYCAN, 2008). Mas, o que dizer de (3) ela é compreensível (está organizada da forma correta), mas com um significado diferente do que aquele gerado pela mera união das palavras em uma ordem, não?

As frases (1) e (3) tem uma propriedade em comum não compartilhada por (2), têm significado. Além disso, (1) e (3) significam coisas completamente diferentes, isso quer dizer que elas significam algo em particular. Adicionalmente, notamos que (3) não é utilizada por nós de modo a comunicar aquilo que é expresso literalmente por ela, enquanto (1) sim e (2) nada comunica (LYCAN, 2008).

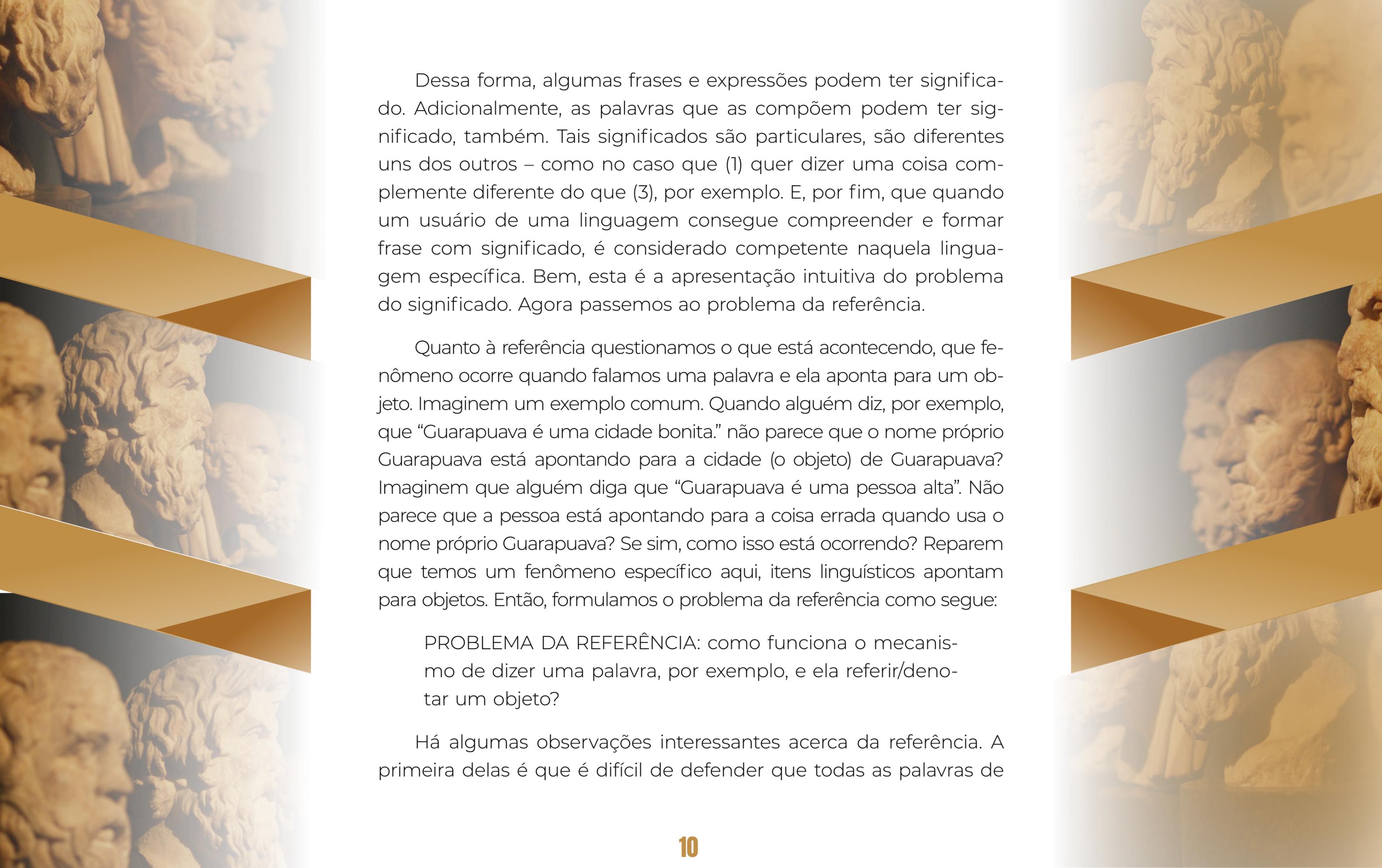
Não é apenas o respeito à gramática que dá significado à Linguagem. Frases gramaticalmente bem formadas ajudam a compreender o que é dito, mas que não é a forma gramatical que dá significado às frases, dado que (3), por exemplo, não significa o que gramaticalmente significa, não é mesmo? Então, o que dá significado para as frases/expressões? É comum encontrar a defesa de que o significado “[...] é de algum modo composto por dois elementos: aquilo que se passa em nós quando apreendemos a expressão e aquilo de que a expressão fala “ (TEIXEIRA, 2016).



Se alguém argumenta que as frases têm significado porque as palavras que as formam têm significado, quando fazemos uma frase bem formada estamos ordenando as partes que têm significado de modo que o todo resultante (a frase) tem significado. Porém, defender esse tipo de tese é só empurrar o problema para outro lugar, porque se pergunta como as palavras que formam as frases têm o significado que têm. O problema do significado não é respondido satisfatoriamente se recorremos apenas à gramática. Há algo mais que dá significado à Linguagem. Esse é o problema filosófico na pergunta sobre o que é esse algo a mais. É isso que se verifica.

Uma última observação é importante. Olhando bem para as frases/expressões concluímos que:

- **Algumas** sequências de marcas ou ruídos são frases dotadas de significado.
- Cada frase dotada de significado tem partes que também são dotadas de significado.
- Cada frase dotada de significado significa algo em particular.
- Os falantes competentes de uma linguagem têm a capacidade de compreender muitas das frases da linguagem em causa, sem esforço e quase instantaneamente; e produzem também frases do mesmo modo. (LYCAN, 2008, p. 2-3, tradução e grifo nosso).

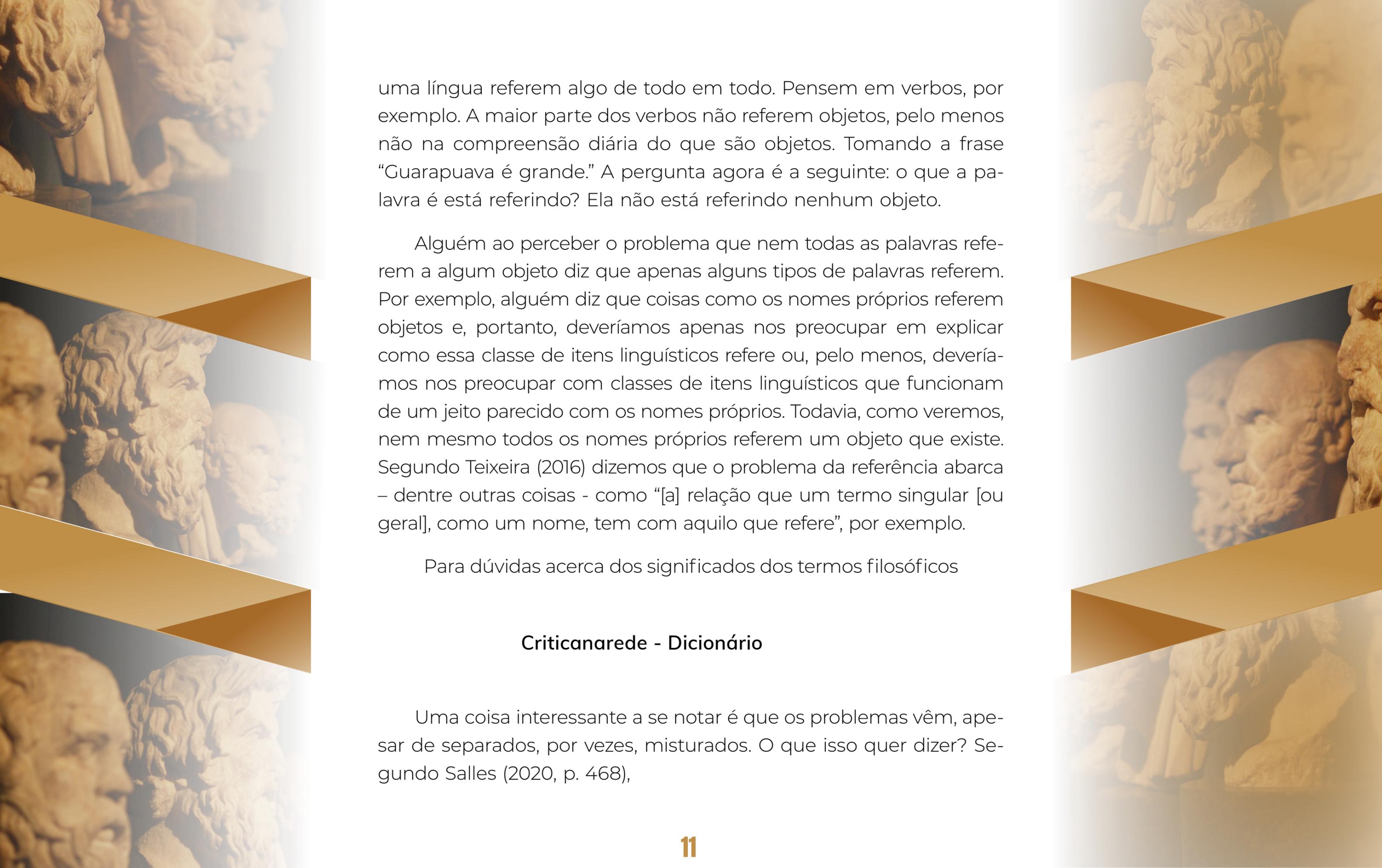


Dessa forma, algumas frases e expressões podem ter significado. Adicionalmente, as palavras que as compõem podem ter significado, também. Tais significados são particulares, são diferentes uns dos outros – como no caso que (1) quer dizer uma coisa completamente diferente do que (3), por exemplo. E, por fim, que quando um usuário de uma linguagem consegue compreender e formar frase com significado, é considerado competente naquela linguagem específica. Bem, esta é a apresentação intuitiva do problema do significado. Agora passemos ao problema da referência.

Quanto à referência questionamos o que está acontecendo, que fenômeno ocorre quando falamos uma palavra e ela aponta para um objeto. Imaginem um exemplo comum. Quando alguém diz, por exemplo, que “Guarapuava é uma cidade bonita.” não parece que o nome próprio Guarapuava está apontando para a cidade (o objeto) de Guarapuava? Imaginem que alguém diga que “Guarapuava é uma pessoa alta”. Não parece que a pessoa está apontando para a coisa errada quando usa o nome próprio Guarapuava? Se sim, como isso está ocorrendo? Reparem que temos um fenômeno específico aqui, itens linguísticos apontam para objetos. Então, formulamos o problema da referência como segue:

**PROBLEMA DA REFERÊNCIA:** como funciona o mecanismo de dizer uma palavra, por exemplo, e ela referir/denotar um objeto?

Há algumas observações interessantes acerca da referência. A primeira delas é que é difícil de defender que todas as palavras de



uma língua referem algo de todo em todo. Pensem em verbos, por exemplo. A maior parte dos verbos não referem objetos, pelo menos não na compreensão diária do que são objetos. Tomando a frase “Guarapuava é grande.” A pergunta agora é a seguinte: o que a palavra é está referindo? Ela não está referindo nenhum objeto.

Alguém ao perceber o problema que nem todas as palavras referem a algum objeto diz que apenas alguns tipos de palavras referem. Por exemplo, alguém diz que coisas como os nomes próprios referem objetos e, portanto, deveríamos apenas nos preocupar em explicar como essa classe de itens linguísticos refere ou, pelo menos, deveríamos nos preocupar com classes de itens linguísticos que funcionam de um jeito parecido com os nomes próprios. Todavia, como veremos, nem mesmo todos os nomes próprios referem um objeto que existe. Segundo Teixeira (2016) dizemos que o problema da referência abarca – dentre outras coisas - como “[a] relação que um termo singular [ou geral], como um nome, tem com aquilo que refere”, por exemplo.

Para dúvidas acerca dos significados dos termos filosóficos

### **Criticanarede - Dicionário**

Uma coisa interessante a se notar é que os problemas vêm, apesar de separados, por vezes, misturados. O que isso quer dizer? Segundo Salles (2020, p. 468),



[não] é incomum que as discussões sobre referência e significado apareçam misturadas. De fato, é possível que nossa resposta a uma classe de problemas dependa de nossa resposta à outra. Desde Frege (1892), há um conjunto de filósofos que pensam que o significado das expressões desempenha algum papel importante na determinação de seu referente. Mais especificamente, o referente de uma expressão é pelo menos parcialmente determinado pelo significado da mesma.

Como veremos no próximo capítulo, há quem explique o significado das frases/expressões recorrendo aos seus referentes. Deixamos essa discussão para o próximo capítulo, mas tenham em mente que os problemas são diferentes apesar de relacionados.

Como vocês podem ver, fazer Filosofia da Linguagem é um grande desafio. Há problemas prementes que, de forma geral, os acompanham por toda a carreira na área de Letras. Alguns deles são mais pronunciados, outros menos. Mas, seja lá qual for a importância dos problemas para vocês, uma coisa é certa, eles não desaparecerão, mesmo que não encontremos soluções para eles. Sendo assim, convido a todos a me acompanhar na empreitada de pesquisar e aprender as várias soluções para os problemas aqui expostos. Então, vamos começar com algumas propostas para a resolução do problema do significado.

**Introdução à Filosofia da Linguagem - Canal  
Planeta Filosofia**

## 2. ALGUMAS SOLUÇÕES PARA O PROBLEMA DO SIGNIFICADO

Como vimos no capítulo anterior, o problema do significado é um dos mais relevantes quando se trata de linguagem e filosofia. O problema é formulado da seguinte forma: como explicar que aquilo que proferimos ou escrevemos *pode* ter significado? Várias respostas foram dadas na história da filosofia. Porém, dado o espaço limitado, vemos dois posicionamentos. Uma delas é mais intuitiva e simples, a Teoria Referencial do Significado (TRS). Já segunda é mais complexa e demanda mais esforço. É a Teoria Descritivista atribuída a Bertrand Russell.

### 2.1 A Teoria Referencial do Significado e seus problemas

Uma das primeiras ideias que vem à mente ao se explicar o significado dos **itens linguísticos** é que o significado da linguagem é dado por aquilo que a linguagem refere.

Em outros termos, por aqui que os itens linguísticos “apontam”. Assim, por Quando dizemos coisas como “Guarapuava é bonita”, o significado de cada elemento, Guarapuava e bonita, referem a objetos no mundo. No caso do termo Guarapuava, ele seleciona uma cidade

no interior do Paraná e, no caso do termo bonita, ele seleciona uma propriedade da cidade de Guarapuava. Já o termo é seleciona uma relação de predicação entre o objeto Guarapuava e o - pretenso - objeto beleza e é seleciona um objeto chamado de relação predicativa.

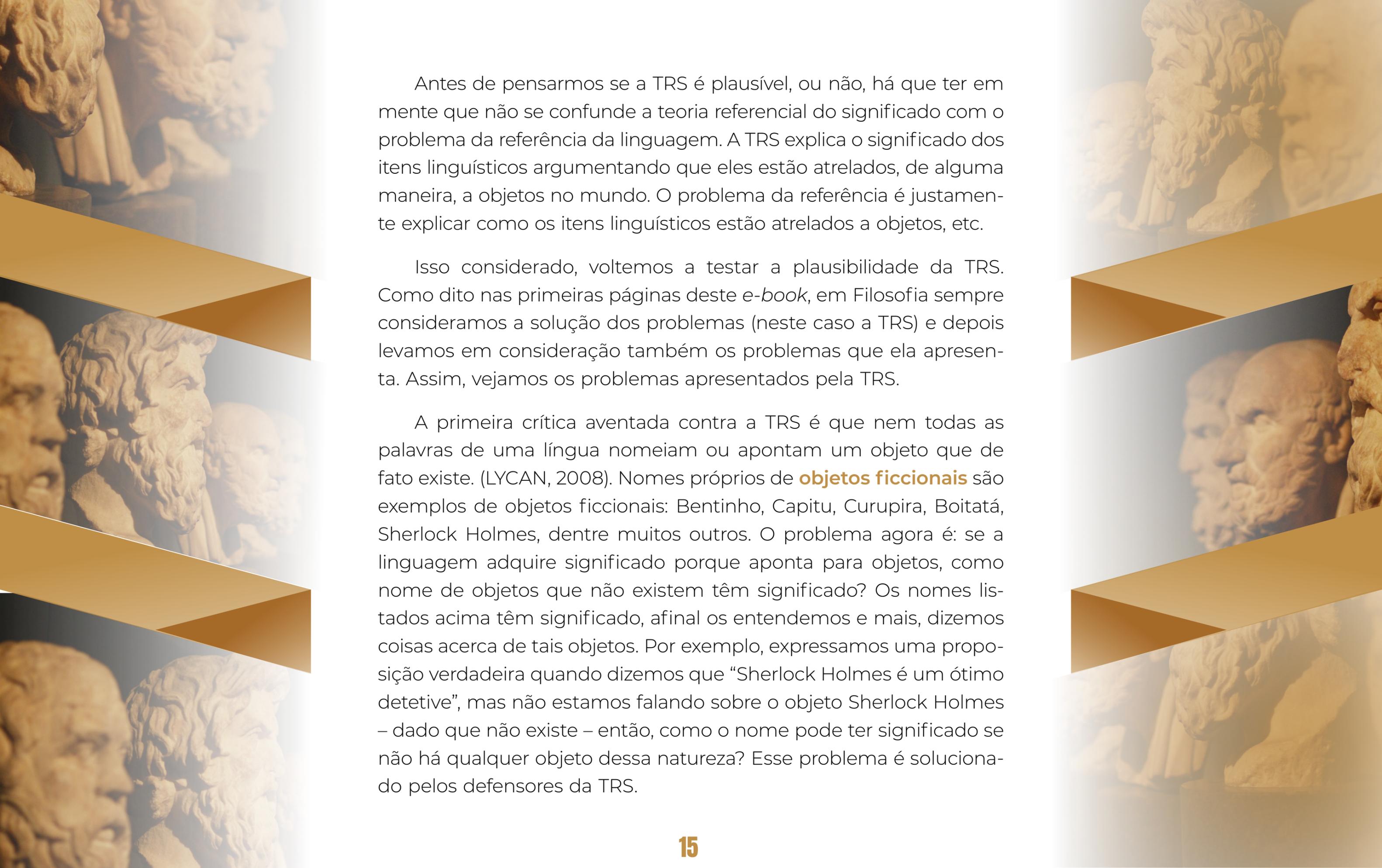
Saber se propriedades e/ou predicados e relações são objetos é uma grande discussão em filosofia.

### **Introdução à metafísica das propriedades - Rodrigo Alexandre de Figueiredo**

Não é nada intuitivo pensar que a beleza, enquanto objeto, existe ou que a relação predicativa também existe como objeto, ambos independentes de nós. Mas, o importante aqui é que há uma proto-teoria, formulada mais claramente como e segue:

**A teoria referencial do significado (TRS):** Segundo essa teoria as palavras e expressões linguísticas mais complexas têm significado porque referem (apontam) algo no mundo. Assim, todos itens linguísticos apenas têm significado e os entendemos porque estão de alguma forma atrelados a algo no mundo (LYCAN, 2008).

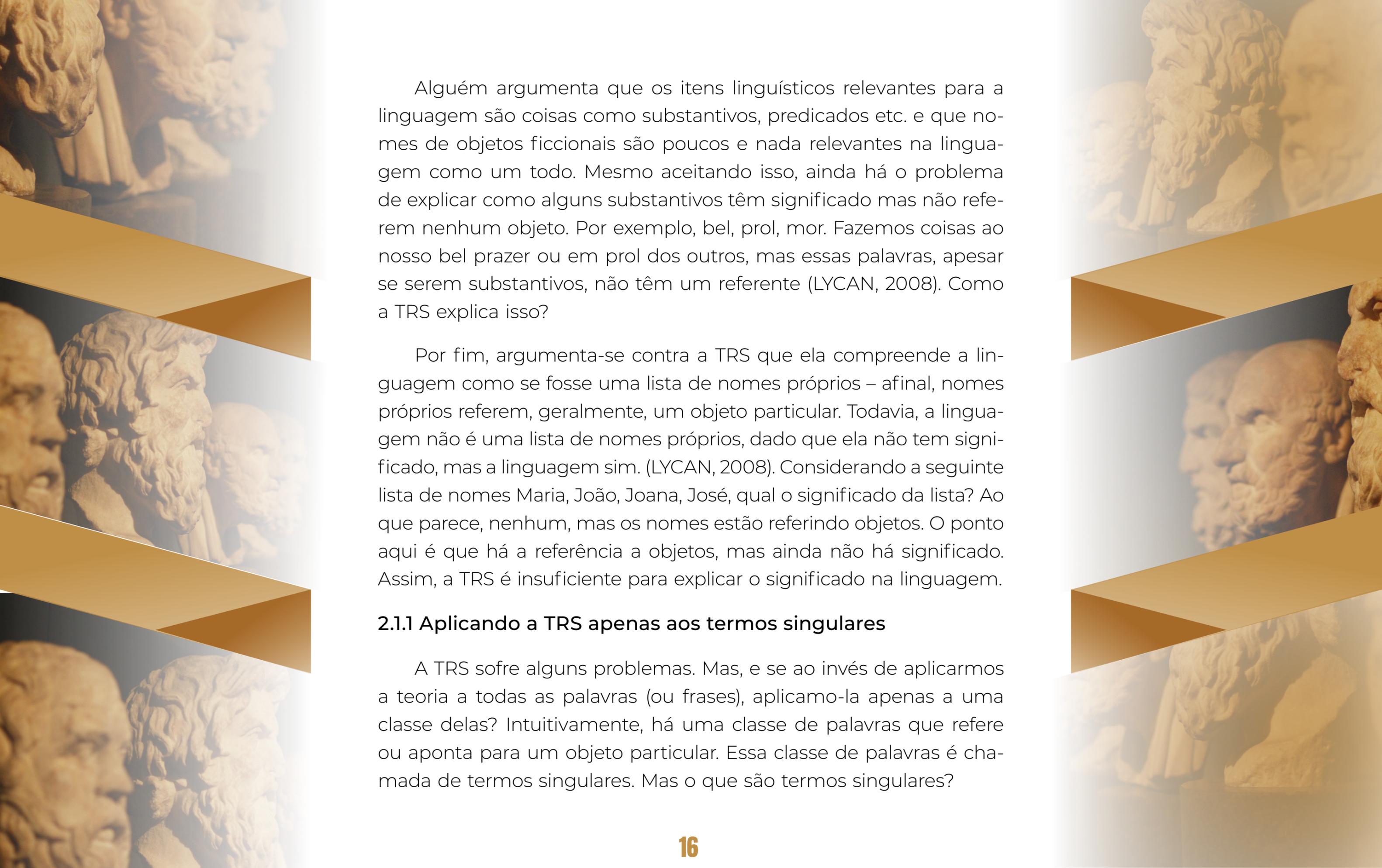
Se consideramos a TRS, então cada item linguístico tem significado porque está de algum modo atrelado a objetos. As palavras são como etiquetas colocadas em objetos e, portanto, seu significado é entendido como o próprio objeto. Sendo assim, o significado do termo Guarapuava é a própria cidade de Guarapuava. **Plausível, não?**



Antes de pensarmos se a TRS é plausível, ou não, há que ter em mente que não se confunde a teoria referencial do significado com o problema da referência da linguagem. A TRS explica o significado dos itens linguísticos argumentando que eles estão atrelados, de alguma maneira, a objetos no mundo. O problema da referência é justamente explicar como os itens linguísticos estão atrelados a objetos, etc.

Isso considerado, voltemos a testar a plausibilidade da TRS. Como dito nas primeiras páginas deste *e-book*, em Filosofia sempre consideramos a solução dos problemas (neste caso a TRS) e depois levamos em consideração também os problemas que ela apresenta. Assim, vejamos os problemas apresentados pela TRS.

A primeira crítica aventada contra a TRS é que nem todas as palavras de uma língua nomeiam ou apontam um objeto que de fato existe. (LYCAN, 2008). Nomes próprios de **objetos ficcionais** são exemplos de objetos ficcionais: Bentinho, Capitu, Curupira, Boitatá, Sherlock Holmes, dentre muitos outros. O problema agora é: se a linguagem adquire significado porque aponta para objetos, como nome de objetos que não existem têm significado? Os nomes listados acima têm significado, afinal os entendemos e mais, dizemos coisas acerca de tais objetos. Por exemplo, expressamos uma proposição verdadeira quando dizemos que “Sherlock Holmes é um ótimo detetive”, mas não estamos falando sobre o objeto Sherlock Holmes – dado que não existe – então, como o nome pode ter significado se não há qualquer objeto dessa natureza? Esse problema é solucionado pelos defensores da TRS.

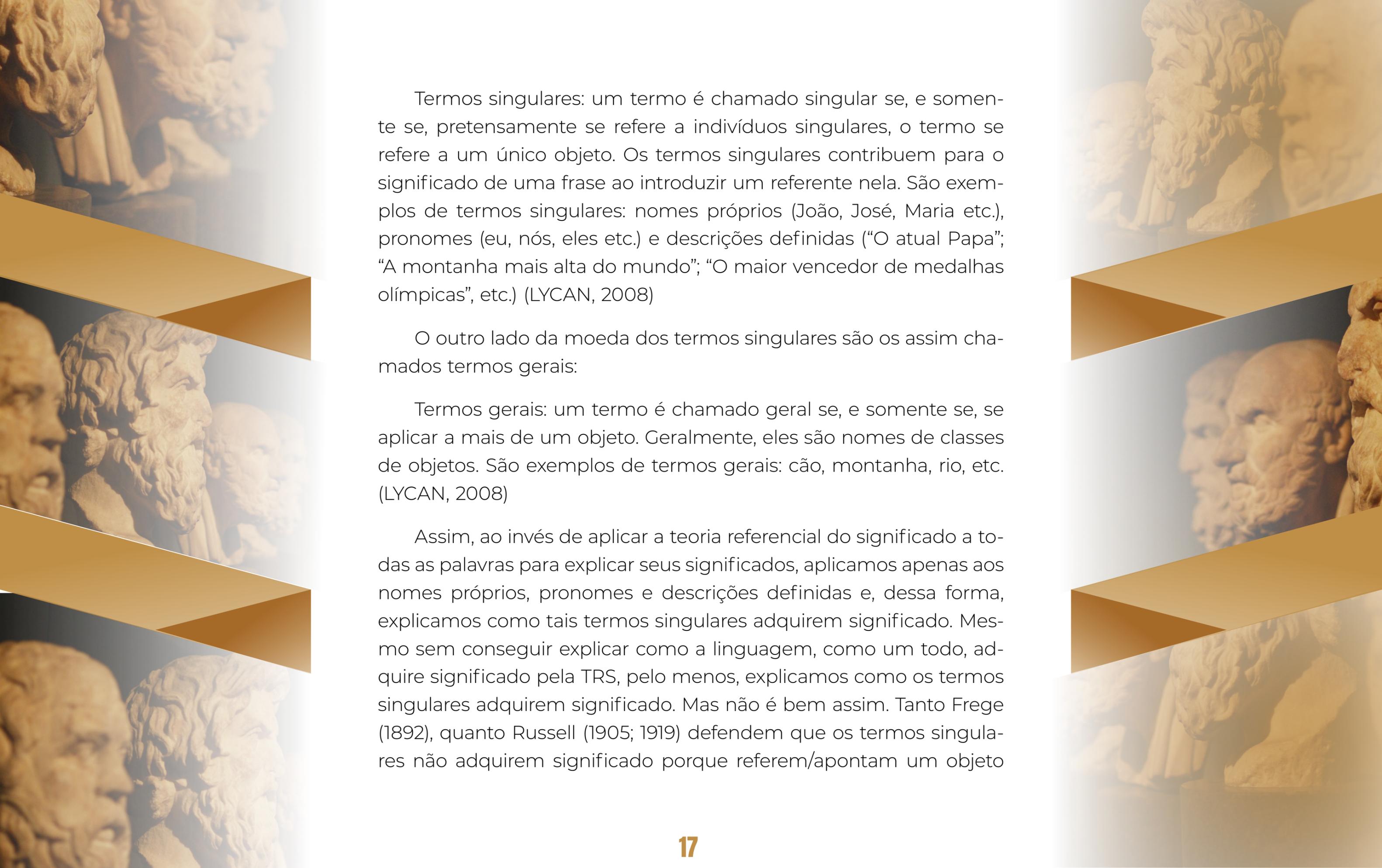


Alguém argumenta que os itens linguísticos relevantes para a linguagem são coisas como substantivos, predicados etc. e que nomes de objetos ficcionais são poucos e nada relevantes na linguagem como um todo. Mesmo aceitando isso, ainda há o problema de explicar como alguns substantivos têm significado mas não referem nenhum objeto. Por exemplo, *bel*, *prol*, *mor*. Fazemos coisas ao nosso *bel* prazer ou em *prol* dos outros, mas essas palavras, apesar de serem substantivos, não têm um referente (LYCAN, 2008). Como a TRS explica isso?

Por fim, argumenta-se contra a TRS que ela compreende a linguagem como se fosse uma lista de nomes próprios – afinal, nomes próprios referem, geralmente, um objeto particular. Todavia, a linguagem não é uma lista de nomes próprios, dado que ela não tem significado, mas a linguagem sim. (LYCAN, 2008). Considerando a seguinte lista de nomes *Maria*, *João*, *Joana*, *José*, qual o significado da lista? Ao que parece, nenhum, mas os nomes estão referindo objetos. O ponto aqui é que há a referência a objetos, mas ainda não há significado. Assim, a TRS é insuficiente para explicar o significado na linguagem.

### **2.1.1 Aplicando a TRS apenas aos termos singulares**

A TRS sofre alguns problemas. Mas, e se ao invés de aplicarmos a teoria a todas as palavras (ou frases), aplicamo-la apenas a uma classe delas? Intuitivamente, há uma classe de palavras que refere ou aponta para um objeto particular. Essa classe de palavras é chamada de termos singulares. Mas o que são termos singulares?

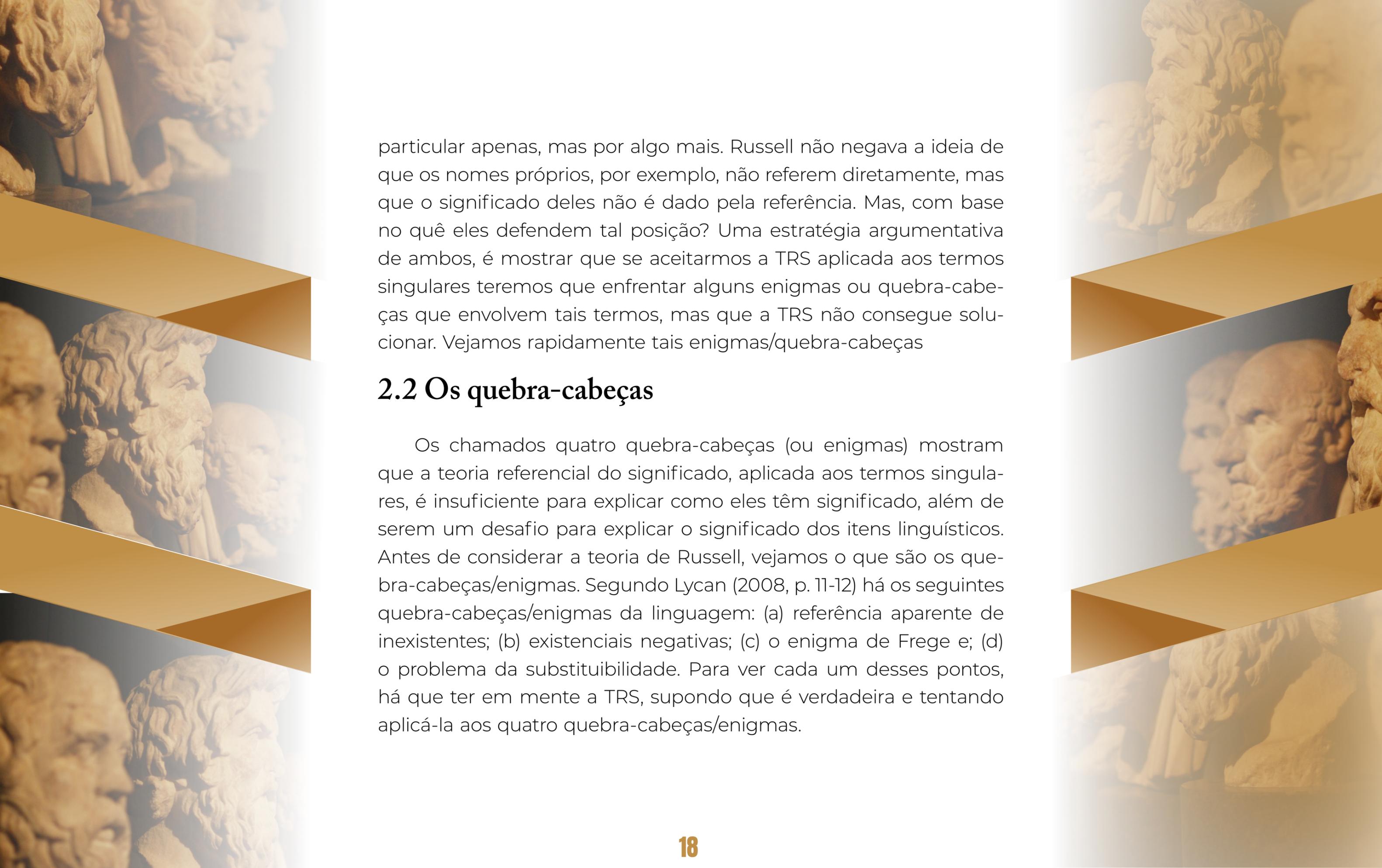


Termos singulares: um termo é chamado singular se, e somente se, pretensamente se refere a indivíduos singulares, o termo se refere a um único objeto. Os termos singulares contribuem para o significado de uma frase ao introduzir um referente nela. São exemplos de termos singulares: nomes próprios (João, José, Maria etc.), pronomes (eu, nós, eles etc.) e descrições definidas (“O atual Papa”; “A montanha mais alta do mundo”; “O maior vencedor de medalhas olímpicas”, etc.) (LYCAN, 2008)

O outro lado da moeda dos termos singulares são os assim chamados termos gerais:

Termos gerais: um termo é chamado geral se, e somente se, se aplicar a mais de um objeto. Geralmente, eles são nomes de classes de objetos. São exemplos de termos gerais: cão, montanha, rio, etc. (LYCAN, 2008)

Assim, ao invés de aplicar a teoria referencial do significado a todas as palavras para explicar seus significados, aplicamos apenas aos nomes próprios, pronomes e descrições definidas e, dessa forma, explicamos como tais termos singulares adquirem significado. Mesmo sem conseguir explicar como a linguagem, como um todo, adquire significado pela TRS, pelo menos, explicamos como os termos singulares adquirem significado. Mas não é bem assim. Tanto Frege (1892), quanto Russell (1905; 1919) defendem que os termos singulares não adquirem significado porque referem/apontam um objeto



particular apenas, mas por algo mais. Russell não negava a ideia de que os nomes próprios, por exemplo, não referem diretamente, mas que o significado deles não é dado pela referência. Mas, com base no quê eles defendem tal posição? Uma estratégia argumentativa de ambos, é mostrar que se aceitarmos a TRS aplicada aos termos singulares teremos que enfrentar alguns enigmas ou quebra-cabeças que envolvem tais termos, mas que a TRS não consegue solucionar. Vejamos rapidamente tais enigmas/quebra-cabeças

## 2.2 Os quebra-cabeças

Os chamados quatro quebra-cabeças (ou enigmas) mostram que a teoria referencial do significado, aplicada aos termos singulares, é insuficiente para explicar como eles têm significado, além de serem um desafio para explicar o significado dos itens linguísticos. Antes de considerar a teoria de Russell, vejamos o que são os quebra-cabeças/enigmas. Segundo Lycan (2008, p. 11-12) há os seguintes quebra-cabeças/enigmas da linguagem: (a) referência aparente de inexistentes; (b) existenciais negativas; (c) o enigma de Frege e; (d) o problema da substituibilidade. Para ver cada um desses pontos, há que ter em mente a TRS, supondo que é verdadeira e tentando aplicá-la aos quatro quebra-cabeças/enigmas.

(a) Referência aparente de inexistentes

Considere a seguinte frase:

(A) “**O atual rei do Brasil** é alto” (em negrito, uma descrição definida).

Como essa frase tem significado? Afinal, o atual rei do Brasil não existe, porém continuamos a compreender (A) como uma frase com significado. Se a TRS for verdadeira, então ou (A) não deveria ter significado ou o atual rei do Brasil tem que existir de alguma maneira. O problema é que nenhuma das duas soluções é razoável, dado que (A) tem significado e o atual rei do Brasil inexistente. Se o que foi dito é verdade, a TRS não é uma boa teoria para explicar nem mesmo o significado de termos singulares, dado que há termos singulares que nada referem, mas que ainda têm significado.

(b) Existenciais negativas.

Este problema é uma espécie de problema especial de (a), é um problema relacionado. Considere a frase abaixo – tendo em mente a TRS e explique o significado da frase com o emprego da teoria.

(B) **O atual rei do Brasil** não existe; (novamente, em negrito, a descrição definida).

Considerando a TRS, como explicar que (B) tem significado e, adicionalmente, expressa uma verdade? Acerca do quê (B) diz? Se (B) é verdadeira, não pode ser acerca do atual rei do Brasil, dado que

ele não existe. Todavia, se ele não existe dizemos o quê com a frase? Para deixar este problema mais claro, imagine que você recebeu em sua casa um estrangeiro que está aprendendo sobre a língua e cultura. Curioso, o estrangeiro lhe pergunta “o Brasil tem um rei, atualmente”?, ao que você responde “o atual rei do Brasil não existe”. A sua resposta é informativa para o estrangeiro (ele aprendeu algo, no caso que não há rei), é verdadeira (porque não há rei no Brasil atualmente) e ainda tem significado. Mas sobre o quê vocês estão falando? Não há qualquer coisa que seja rei atualmente no Brasil. Se a TRS estivesse correta, o rei deveria existir, mas se existe como negar que ele existe, com significado? Muito estranho, não?!

### **O Paradoxo das Existenciais Negativas Singulares**

(c) O enigma de Frege

O chamado enigma de Frege leva o nome do filósofo Gottlob Frege por ele o ter formulado. Considere a frase abaixo:

(C) Alberto Caeiro é Fernando Pessoa.

A frase acima expressa uma verdade, de fato, Alberto Caeiro é Fernando Pessoa. Se não sabia disso, o interessante é que a frase também é informativa para você. Em outros termos, aprendeu algo. Mas, o ponto aqui é que se é o objeto que contribui para o significa-

do da frase, então o nome próprio Alberto Caeiro e o nome próprio Fernando Pessoa referem o mesmo objeto. Assim, o objeto que satisfaz o primeiro nome próprio também satisfaz o segundo. Todavia, se for assim, o que dizemos, no fundo é que:

(C\*) “Fernando Pessoa (o objeto) é Fernando Pessoa (o objeto)”.

Agora há o incômodo problema que (C) é informativa e expressa algo que não é uma identidade trivial, mas (C\*) não é nada informativa, não aprendemos nada com (C\*), dado que ela expressa uma identidade lógica. Assim, se os objetos forem os responsáveis por dar significado aos termos singulares – neste caso nomes próprios – teríamos uma frase do tipo (C\*) e não como (C), segundo a TRS. Mas, não é o caso de (C) e (C\*) dizerem a mesma coisa, pois no caso de (C) ela expressa algo e aprendemos com ela e no caso de (C\*) não aprendemos nada, dado que ela expressa só uma identidade lógica. As duas frases têm significados diferentes, expressam ideias diferentes, porém se a TRS fosse verdadeira, elas expressariam a mesma coisa, mas não expressam, no final das contas. Esse fenômeno aparece com termos correferenciais, aqueles termos que são diferentes mas apontam para o mesmo objeto.

(d) O Problema da substituíbilidade.

O problema da substituíbilidade também aparece quando consideramos termos correferenciais – aqueles que apontam para o mesmo objeto. Considere que há uma indivíduo que não sabe que

Alberto Caeiro é Fernando Pessoa e que ele acredita que Alberto Caeiro é um ótimo escritor. Expressamos uma das crenças de João, como se segue:

(D) João acredita que **Alberto Caeiro** é um ótimo escritor;

Primeiro há que atentar que (D) fala sobre a crença que João tem acerca da qualidade de escrita de Alberto Caeiro e assim a frase é sobre a crença de João. Segundo, supondo que João realmente acredita que Alberto Caeiro é um bom escritor, então (D) é verdadeira. Tendo isso em mente, a TRS sustenta que o nome próprio de (D) tem significado por causa do objeto que ele insere na frase. Se assim for, podemos substituí-lo por outro que tem o mesmo objeto como referente, então escreveríamos (sem perda de significado ou valor de verdade, segundo a TRS):

(D\*) João acredita que **Fernando Pessoa** é um ótimo escritor.

A crença expressa em (D) é diferente da expressa em (D\*), uma vez que (D) externa a ideia que “Alberto Caeiro é um bom escritor”, mas (D\*) expressa a ideia que “Fernando Pessoa é um bom escritor”, assim o significado de (D) é diferente do (D\*). Adicionalmente, (D) é verdadeira, mas (D\*) não é (lembre-se que a frase é sobre a crença do João e ele não sabe que Alberto Caeiro é Fernando Pessoa). Dessa forma, não se pode substituir os nomes próprios sem mudar o significado da frase e o valor de verdade delas. Mas, os nomes próprios em (D) e (D\*) são termos correferenciais, apontam para o mesmo

objeto, portanto deveriam ter o mesmo significado. Mas, não têm, afinal (D) significa que João acredita que Alberto Caeiro é um bom escritor, enquanto (D\*) significa que João acredita que Fernando Pessoa é um bom escritor. Enquanto a primeira é verdadeira, a segunda é falsa. Dessa forma, há algo errado com a TRS, já que a substituição não é feita sem mudar o significado e o valor de verdade.

Se os quatro quebra-cabeças são problemáticos para TRS, há razões para mover para outra teoria que quer resolver o problema do significado. Então, vamos à chamada Teoria Descritivista proposta, dentre outros, pelo filósofo Bertrand Russell.

## 2.3 A Teoria Descritivista de Russell

A teoria referencial do significado (teoria segundo a qual todas as palavras que ocorrem em uma frase têm significado porque referem-se (ou introduzem) um objeto nela) sofre vários problemas. Frege (1892) e Russell (1905; 1919), dentre outros, defendem que os **termos singulares** não referem diretamente e, então, seu significado não depende exclusivamente daquilo que eles supostamente referem. Para entender a posição de Frege e Russell, há que excluir a ideia que os termos singulares referem diretamente e, portanto, o objeto é o significado. Ao dizermos um termo singular qualquer não introduzimos um objeto em uma frase. O significado de um termo singular depende de algo mais.

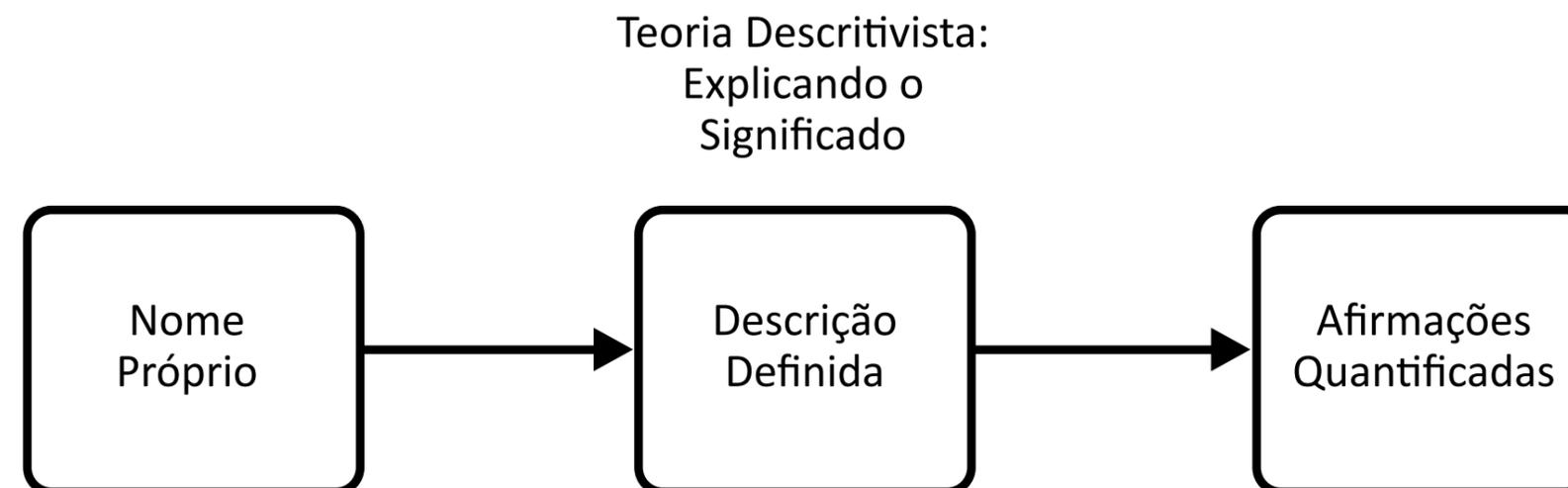
Para Russell, os termos singulares não referem (apontam/introduzem) um objeto particular e por isso contribuem para o significado da frase, como propõe a TRS. A proposta de Russell é que ao utilizarmos um termo singular corretamente seu significado é dado por outra coisa que não a referência direta a objetos. Segundo Russell, um nome próprio tem seu significado dado por uma descrição definida. Uma descrição definida é uma expressão subfrásica do tipo “o(a) *F*”, por exemplo, “o autor de Memórias Póstumas de Brás Cubas”. Se o significado de um nome próprio é o significado de uma descrição definida associada a ele, qual é o significado das descrições definidas? Segundo Salles (2020, p. 473), “[...] devemos interpretar uma frase da forma “o *F* é *G*” como uma frase existencial complexa do seguinte tipo: “*existe um e apenas um F, e quem quer que seja F é G*”. Geralmente, dizemos que uma frase completa do tipo “**o F** é *G*” (“**o F**” é a descrição definida) lida em termos de uma tríade de afirmações **quantificadas**.

Então, segundo Russell, quando tratamos de nomes próprios, dizemos que o significado deles são as descrições definidas associadas a eles, já o significado da definição é a quantificação associada. Alguns exemplos: o nome próprio Machado de Assis, qual é seu significado? Resposta: uma descrição definida associada a ele, por exemplo, “o autor de Dom Casmurro”. E qual a contribuição ao significado da frase da descrição definida “o autor de Dom Casmurro”? A frase existencial complexa “*Existe um e apenas um autor de Dom Casmurro, e seja quem for o autor de Dom Casmurro é negro.*” “A

parte em itálico representa a contribuição feita pela descrição definida para o significado da frase completa.”(SALLES, 2020, p.473).

Assim, as “[...] descrições definidas são usadas para afirmar a existência de um e apenas um indivíduo que satisfaz certa propriedade ou conjunto de propriedades.” (SALLES, 2020, p. 473). Assim, é possível montar a seguinte explicação em um fluxograma:

**Figura 1 – Teoria Descritivista**



**Fonte:** Elaborado pelo autor.

Em resumo, o significado dos nomes próprios é explicado pela descrição definida associada a ele, e o significado da descrição definida é dado pelas afirmações que estabelecem que há um e apenas um indivíduo (“o F”) que tem uma propriedade.

Isso posto, consideremos, novamente, os quatro quebra cabeças/enigmas:

(a) Referência aparente de inexistentes:

(1) “**O atual rei do Brasil** é alto” (em negrito a descrição definida)

Aplicando o método de análise de Russell à frase (1). Segundo Russell, a descrição definida é lida como: “**existe um** rei do Brasil atualmente, **existe no máximo um** rei no Brasil atualmente, seja quem for rei do Brasil atualmente é alto.” A descrição definida em (1) não tem referente, mas tem sentido, tem significado mesmo que não se apresente um objeto (referente), conseguimos entendê-la. Isso quer dizer que Russell nega a ideia de que “[...] uma frase sujeito-predicado é dotada de significado (apenas) em virtude de selecionar uma coisa individual e de lhe atribuir uma propriedade qualquer.” (LYCAN, 2008, p.10). Segundo a análise de Russell, portanto, a frase acerca de inexistentes têm significado não dependendo da existência de um referente, mas graças a sua forma lógica que revela que as descrições definidas não são termos singulares (lembrem-se da definição de termos singulares) e, portanto, não necessariamente, precisam selecionar um objeto (como na TRS) para ter significado.

Assim, resolve-se o primeiro quebra-cabeças: as afirmações acerca dos inexistentes adquirem significado graças à forma lógica subjacente a elas que revela que são apenas, superficialmente, do tipo sujeito-predicado, pois a aparente descrição definida não é um termo singular, mas sim uma tríade de afirmações quantificadas. Em última análise, portanto, frases na forma “o F é G” não expressam proposições dependentes de objetos para terem significado.

(b) Existenciais negativas.

Ao aplicarmos a análise de Russell a existenciais negativas reparamos que “existência” não se comporta como um predicado como, por exemplo, “é alto”, ou seja “é alto” não é o mesmo (logicamente) do que “é existente”. Segundo Russell, “existência” é um quantificador e não um predicado (no caso o que chamamos de quantificador existencial, diz sobre quantos existentes há). Mas, se “é existente” não é uma propriedade (predicado) o que estamos negando na frase:

(2) **O atual rei do Brasil** não existe;

Supondo que “existência” é *um predicado* – como, por exemplo, “ser alto” é um predicado - a análise de Russell de (1) seria esta: “**Existe uma e só uma** entidade que é atualmente rei do Brasil e essa entidade **não existe**”. Reparem que essa análise leva ao problema que é a afirmação de que algo existe e não existe ao mesmo tempo. Obviamente, uma contradição lógica. Então a análise de Russel bem aplicada, toma a existência como um quantificador (LYCAN, 2008). E quando corretamente feita, a negação é sobre a existência do objeto e não sobre a propriedade de um determinado objeto de não existir, então, teríamos: “É falso que *pelo menos uma, e no máximo uma*, entidade é atualmente rei do Brasil”. Então a frase acerca de existenciais negativos faz sentido, não por pressupor uma certa propriedade de “existência” ao objeto e nem por referir um objeto específico (o atual rei do Brasil não existe, de fato), mas, por dizermos, na verdade, que não há um único objeto que pode ser

introduzido na frase (2) e, portanto, ela passa a ser verdadeira. Assim, em lugar algum da análise de Russell selecionamos um indivíduo para dizer que esse indivíduo não existe, de modo que o problema das existenciais negativas desaparece. Já a TRS, como vimos, não consegue explicar o significado de frases deste tipo, já que não há qualquer referente e que “existência” não é um predicado.

### (c) O enigma de Frege

O chamado enigma de Frege é o problema de haver uma frase identitativa (que estabelece uma identidade) com termos correferenciais, mas que é informativa e **contingente**. Todavia, segundo a TRS, a frase identitativa não é informativa e contingente, já que os termos envolvidos nela referem o mesmo objeto. Então tomemos a frase seguinte:

#### **Dicionário escolar de filosofia - necessário/ contingente**

(3) O autor de Mensagem é Fernando Pessoa.

Segundo a TRS, pode-se substituir um nome pelo outro, sem perda do significado. Então, há como resultante duas frases: (3\*) “O autor de Mensagem é o autor de Mensagem” ou (3\*\*) “Fernando Pessoa é Fernando Pessoa”, afinal o que importa para o significado da frase, segundo a TRS, é o referente e os termos “o autor de Mensagem” e o termo “Fernando Pessoa” referem o mesmo objeto. Mas,

(3) é informativa, aprendemos algo, enquanto (3\*) e (3\*\*) não são informativas – elas são identidades lógicas. Sendo assim, a TRS não parece explicar satisfatoriamente o significado da frase (3). O que Russell sugere com a sua chamada Teoria Descritivista?

Segundo Russell (3) pode ser lida como “Existe uma e somente uma entidade que é o autor de Mensagem e seja lá quem for o autor de Mensagem ele é Fernando Pessoa”. “Note-se que, segundo a perspectiva de Russell, a afirmação só superficialmente é uma afirmação de identidade; na verdade é uma predicação, atribuindo uma propriedade relacional complexa [a Fernando Pessoa]” (LYCAN, 2008, p. 17). Importante notar que segundo a teoria descritivista de Russell, não fazemos uma identidade trivial, mas antes uma predicação complexa. Com (3) falamos que Fernando Pessoa é um autor e que ele escreveu um obra específica, *Mensagem* e não dizemos que ele é igual a ele mesmo, como sugerem os defensores da TRS. Assim, o significado dos termos da frase (3) se for encarado como o objeto, nós não explicamos porque aprendemos algo com a ela, mas se a encararmos como Russell defende, explicamos o fenômeno e, além disso, o significado dela.

#### (d) Substituibilidade

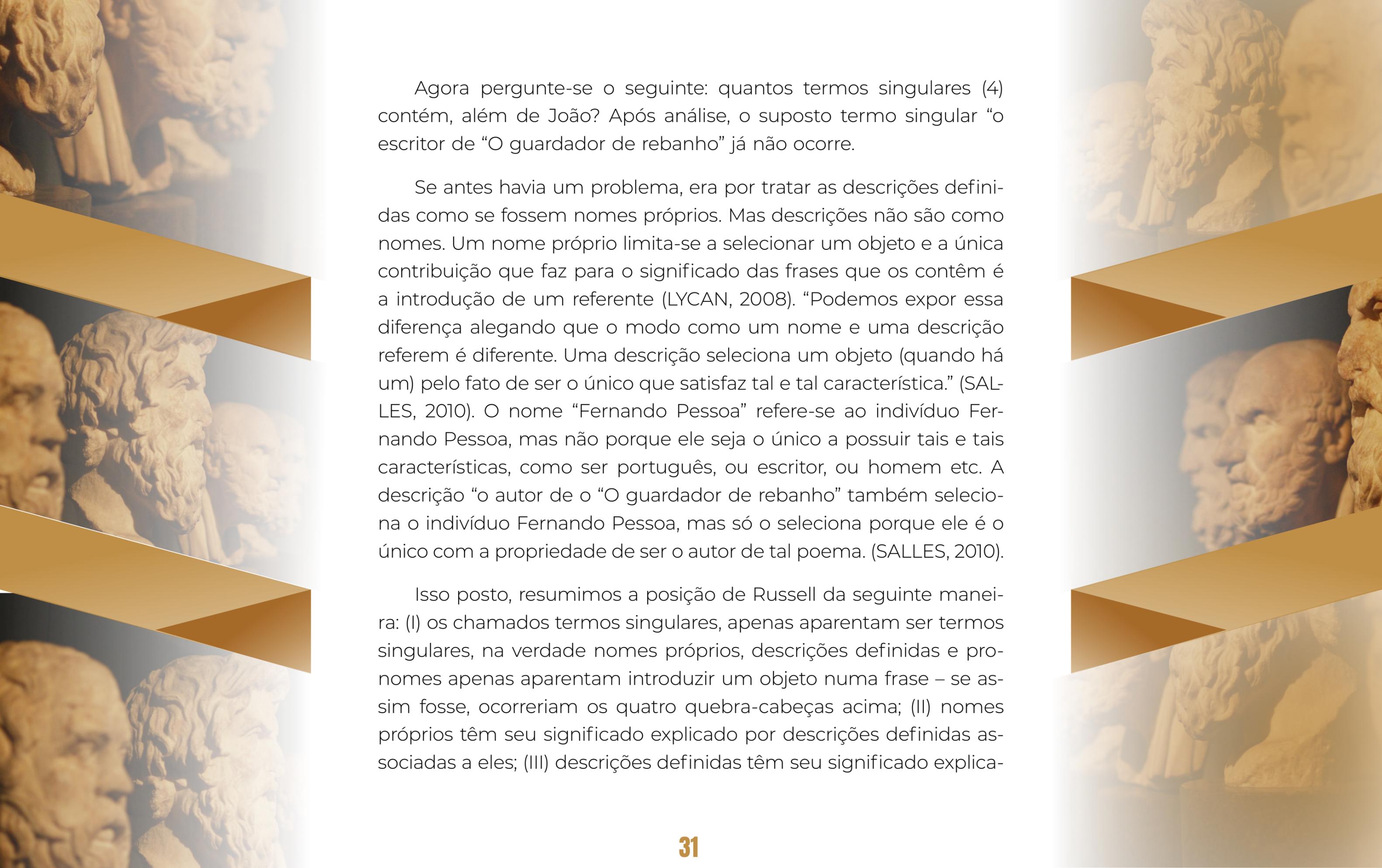
A TRS tem dificuldades em explicar como a substituição de um termo por outro termo correferencial, em certos contextos, altera o valor de verdade de uma frase, por exemplo. Há uma solução para esse enigma. Voltemos à frase problemática:

(4) João acredita que **o autor de “O guardador de rebanho”** é um ótimo escritor. (Em negrito a descrição definida)

Se dois termos singulares são correferenciais, então a substituição de um pelo outro não altera o valor de verdade da proposição. As expressões **“o autor de “O guardador de rebanho”** e “Fernando Pessoa” são correferenciais. Portanto, a substituição da primeira expressão pela segunda, em (4), não alteraria seu valor de verdade. Mas o resultado dessa substituição é que “O João deseja saber se Fernando Pessoa é um ótimo escritor.” Nesse caso, a substituição altera o valor de verdade da proposição. Do fato de João acreditar que o autor de “O Guardador de Rebanho” é um ótimo escritor, não se conclui que ele acredita que Fernando Pessoa é um ótimo escritor, dado que ele pode nem mesmo saber que Fernando Pessoa escreveu, sob o heterônimo Alberto Caeiro, o poema *O guardador de rebanho*.

Russell argumenta que o enigma surge apenas considerando que as descrições definidas são termos singulares, à semelhança dos nomes próprios (LYCAN, 2008). Desse ponto de vista, a única contribuição que uma descrição faz para o significado da frase que a contém é a introdução de um referente. Mas, se levarmos em conta a análise russelliana, parafraseamos (4) do seguinte modo:

(4\*) O João acredita que [existe uma e somente uma entidade que escreveu “O guardador de rebanho”] e que essa entidade é um ótimo autor.



Agora pergunte-se o seguinte: quantos termos singulares (4) contém, além de João? Após análise, o suposto termo singular “o escritor de “O guardador de rebanho” já não ocorre.

Se antes havia um problema, era por tratar as descrições definidas como se fossem nomes próprios. Mas descrições não são como nomes. Um nome próprio limita-se a selecionar um objeto e a única contribuição que faz para o significado das frases que os contêm é a introdução de um referente (LYCAN, 2008). “Podemos expor essa diferença alegando que o modo como um nome e uma descrição referem é diferente. Uma descrição seleciona um objeto (quando há um) pelo fato de ser o único que satisfaz tal e tal característica.” (SALLES, 2010). O nome “Fernando Pessoa” refere-se ao indivíduo Fernando Pessoa, mas não porque ele seja o único a possuir tais e tais características, como ser português, ou escritor, ou homem etc. A descrição “o autor de o “O guardador de rebanho” também seleciona o indivíduo Fernando Pessoa, mas só o seleciona porque ele é o único com a propriedade de ser o autor de tal poema. (SALLES, 2010).

Isso posto, resumimos a posição de Russell da seguinte maneira: (I) os chamados termos singulares, apenas aparentam ser termos singulares, na verdade nomes próprios, descrições definidas e pronomes apenas aparentam introduzir um objeto numa frase – se assim fosse, ocorreriam os quatro quebra-cabeças acima; (II) nomes próprios têm seu significado explicado por descrições definidas associadas a eles; (III) descrições definidas têm seu significado explica-

do pela construção lógica de afirmações quantificadas – “**existe um e somente um F** que é G”; (IV) as afirmações quantificadas explicam como entendemos as frases e como apreendemos informações que elas expressam; (V) A teoria descritivista de Russell é aplicada a mais termos que não as descrições definidas e nomes próprios, por exemplo. Agora, consideramos se a posição de Russell é uma boa explicação de como os termos adquirem significado. Apresentarei duas objeções à teoria descritivista de Russell.

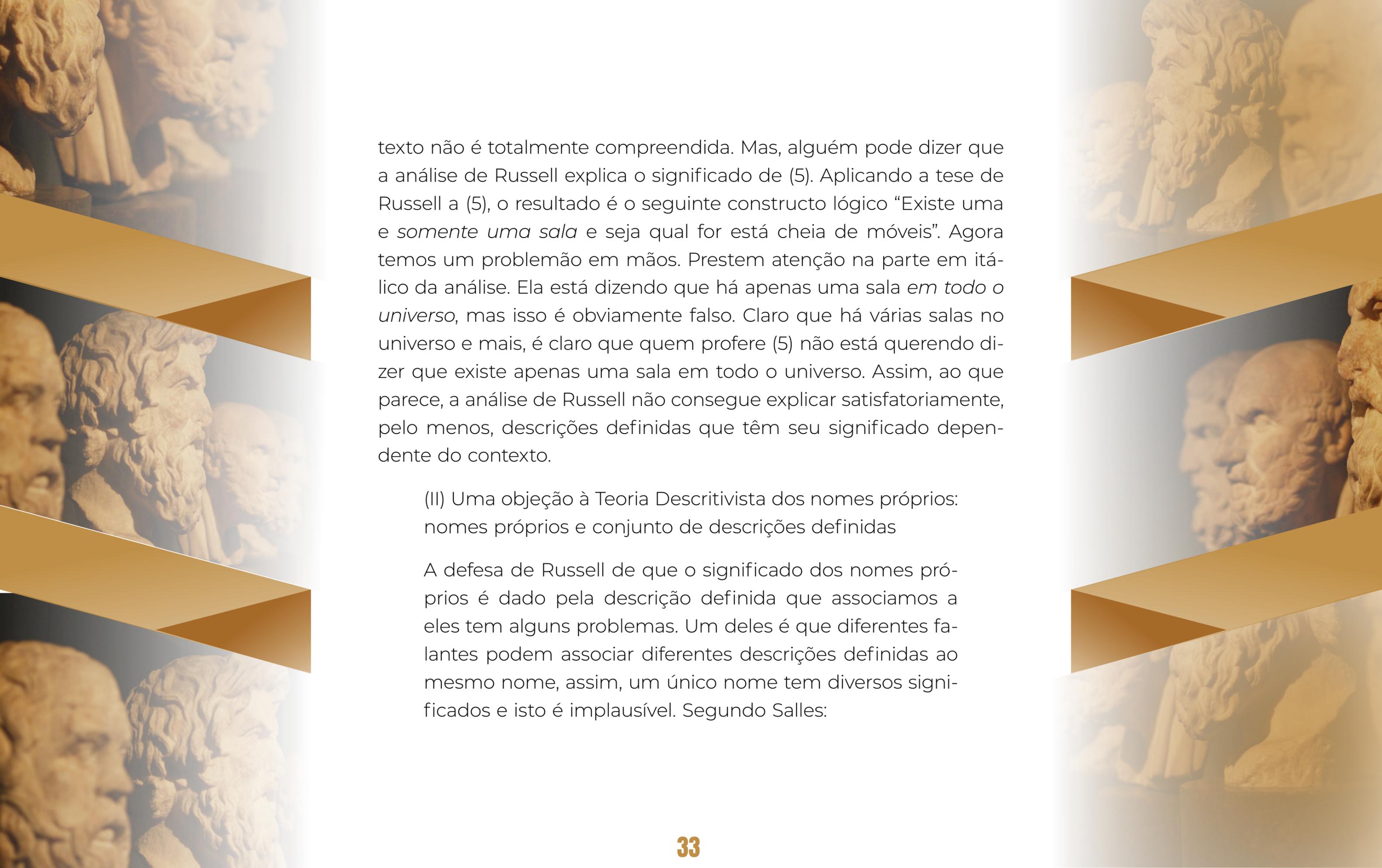
## 2.4 Uma objeção à Teoria Descritivista e uma objeção à Teoria Descritivista dos nomes próprios de Russell

(I) Uma objeção à Teoria Descritivista: O Problema do contexto

Um famoso filósofo contemporâneo de Russell, chamado Strawson, notou que várias descrições definidas têm seu significado dependente do contexto no qual são usadas. Isso contraria a ideia de Russell, já que para ele, o contexto de uso não contribui para o significado, o que contribui para o significado de um termo é aquela construção lógica – “existe um e somente um...”. Todavia, tomem a seguinte frase:

(5) A sala está cheia de móveis

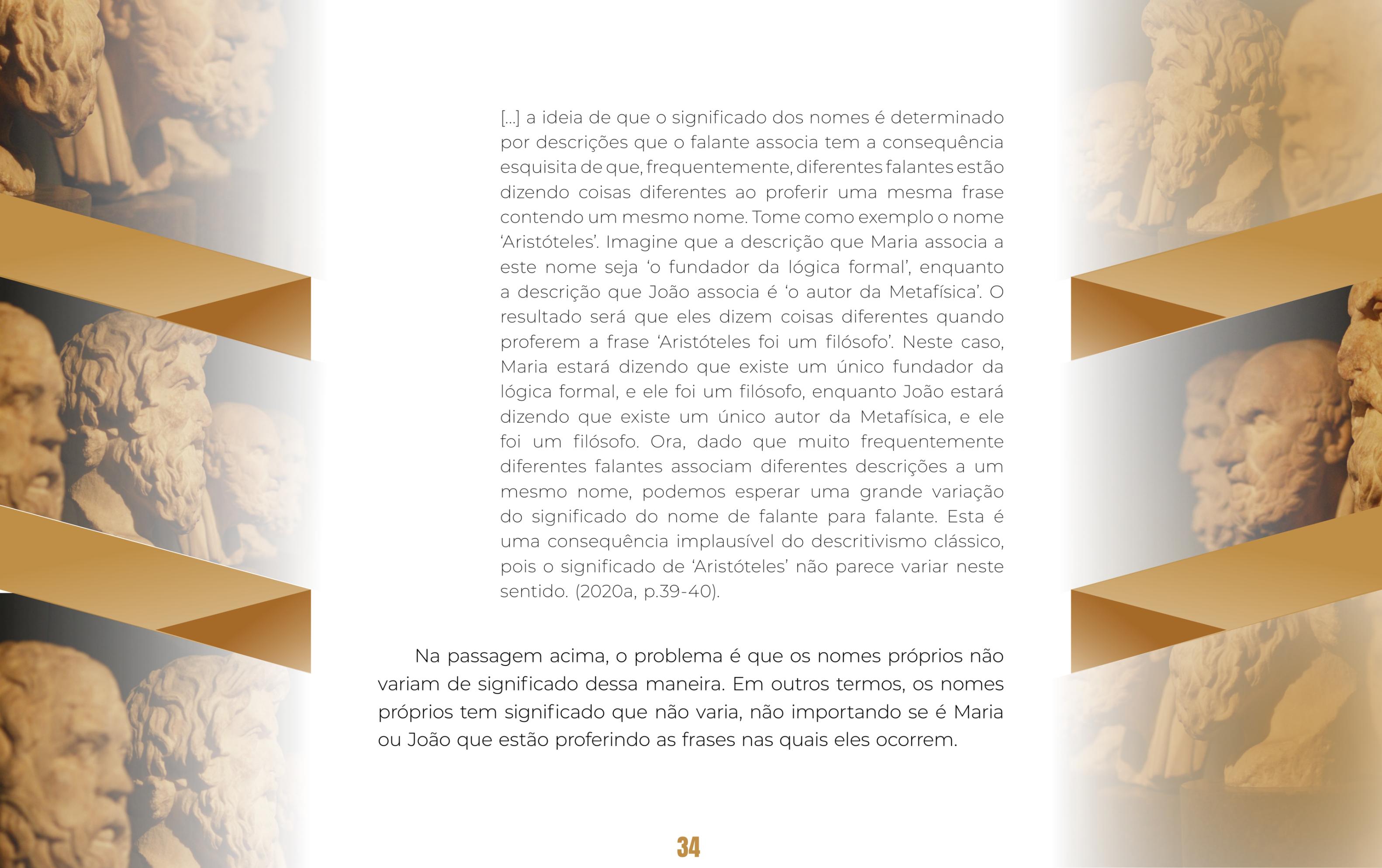
(5) só tem significado se estivermos no contexto de fala de (5), pois, podemos legitimamente perguntar “que sala?”. (5) fora de con-



texto não é totalmente compreendida. Mas, alguém pode dizer que a análise de Russell explica o significado de (5). Aplicando a tese de Russell a (5), o resultado é o seguinte constructo lógico “Existe uma e somente uma sala e seja qual for está cheia de móveis”. Agora temos um problemão em mãos. Prestem atenção na parte em itálico da análise. Ela está dizendo que há apenas uma sala *em todo o universo*, mas isso é obviamente falso. Claro que há várias salas no universo e mais, é claro que quem profere (5) não está querendo dizer que existe apenas uma sala em todo o universo. Assim, ao que parece, a análise de Russell não consegue explicar satisfatoriamente, pelo menos, descrições definidas que têm seu significado dependente do contexto.

(II) Uma objeção à Teoria Descritivista dos nomes próprios: nomes próprios e conjunto de descrições definidas

A defesa de Russell de que o significado dos nomes próprios é dado pela descrição definida que associamos a eles tem alguns problemas. Um deles é que diferentes falantes podem associar diferentes descrições definidas ao mesmo nome, assim, um único nome tem diversos significados e isto é implausível. Segundo Salles:



[...] a ideia de que o significado dos nomes é determinado por descrições que o falante associa tem a consequência esquisita de que, frequentemente, diferentes falantes estão dizendo coisas diferentes ao proferir uma mesma frase contendo um mesmo nome. Tome como exemplo o nome 'Aristóteles'. Imagine que a descrição que Maria associa a este nome seja 'o fundador da lógica formal', enquanto a descrição que João associa é 'o autor da Metafísica'. O resultado será que eles dizem coisas diferentes quando proferem a frase 'Aristóteles foi um filósofo'. Neste caso, Maria estará dizendo que existe um único fundador da lógica formal, e ele foi um filósofo, enquanto João estará dizendo que existe um único autor da Metafísica, e ele foi um filósofo. Ora, dado que muito frequentemente diferentes falantes associam diferentes descrições a um mesmo nome, podemos esperar uma grande variação do significado do nome de falante para falante. Esta é uma consequência implausível do descritivismo clássico, pois o significado de 'Aristóteles' não parece variar neste sentido. (2020a, p.39-40).

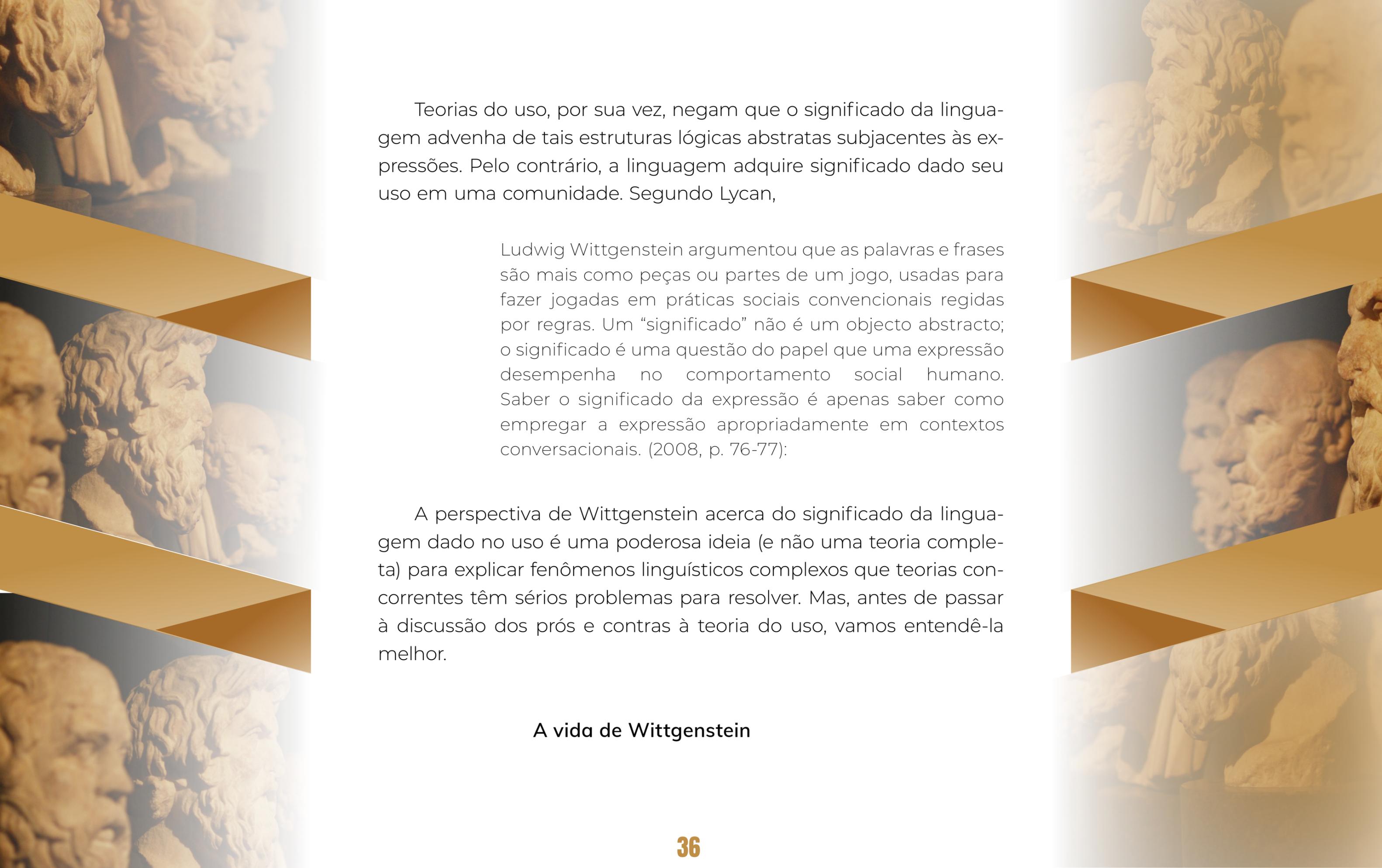
Na passagem acima, o problema é que os nomes próprios não variam de significado dessa maneira. Em outros termos, os nomes próprios tem significado que não varia, não importando se é Maria ou João que estão proferindo as frases nas quais eles ocorrem.

### 3. O SIGNIFICADO DADO NO USO

#### 3.1 Significado como entidades abstratas vs significado como papel da expressão no comportamento social

Tanto Russell, como outros descritivistas, tratam as frases como entidades abstratas em **formas lógicas analisáveis**.

Dessa forma, a estrutura lógica subjacente aos itens linguísticos é que explica o significado deles. As formas abstratas do significado das expressões são as estruturas lógicas subjacentes e não óbvias no discurso. Isso leva a pensar que, como usamos, a própria linguagem não tem papel central na explicação do significado e, ainda, que o significado da linguagem parece dado não pelas atividades humanas, exclusivamente, mas por algo intrínseco à própria natureza. Assim, alguns descritivistas dão pouco peso para como usamos a linguagem na explicação do modo que ela adquire significado. Como discutimos – ver primeira objeção à posição de Russell –, essa pressuposição de que as expressões linguísticas têm significado dada uma certa estrutura abstrata subjacente a ela é estranha, afinal quando falamos (usamos) uma expressão, não temos em mente coisas como as estruturas lógicas que Russell defendia como responsáveis por dar significado às expressões.



Teorias do uso, por sua vez, negam que o significado da linguagem advenha de tais estruturas lógicas abstratas subjacentes às expressões. Pelo contrário, a linguagem adquire significado dado seu uso em uma comunidade. Segundo Lycan,

Ludwig Wittgenstein argumentou que as palavras e frases são mais como peças ou partes de um jogo, usadas para fazer jogadas em práticas sociais convencionais regidas por regras. Um “significado” não é um objecto abstracto; o significado é uma questão do papel que uma expressão desempenha no comportamento social humano. Saber o significado da expressão é apenas saber como empregar a expressão apropriadamente em contextos conversacionais. (2008, p. 76-77):

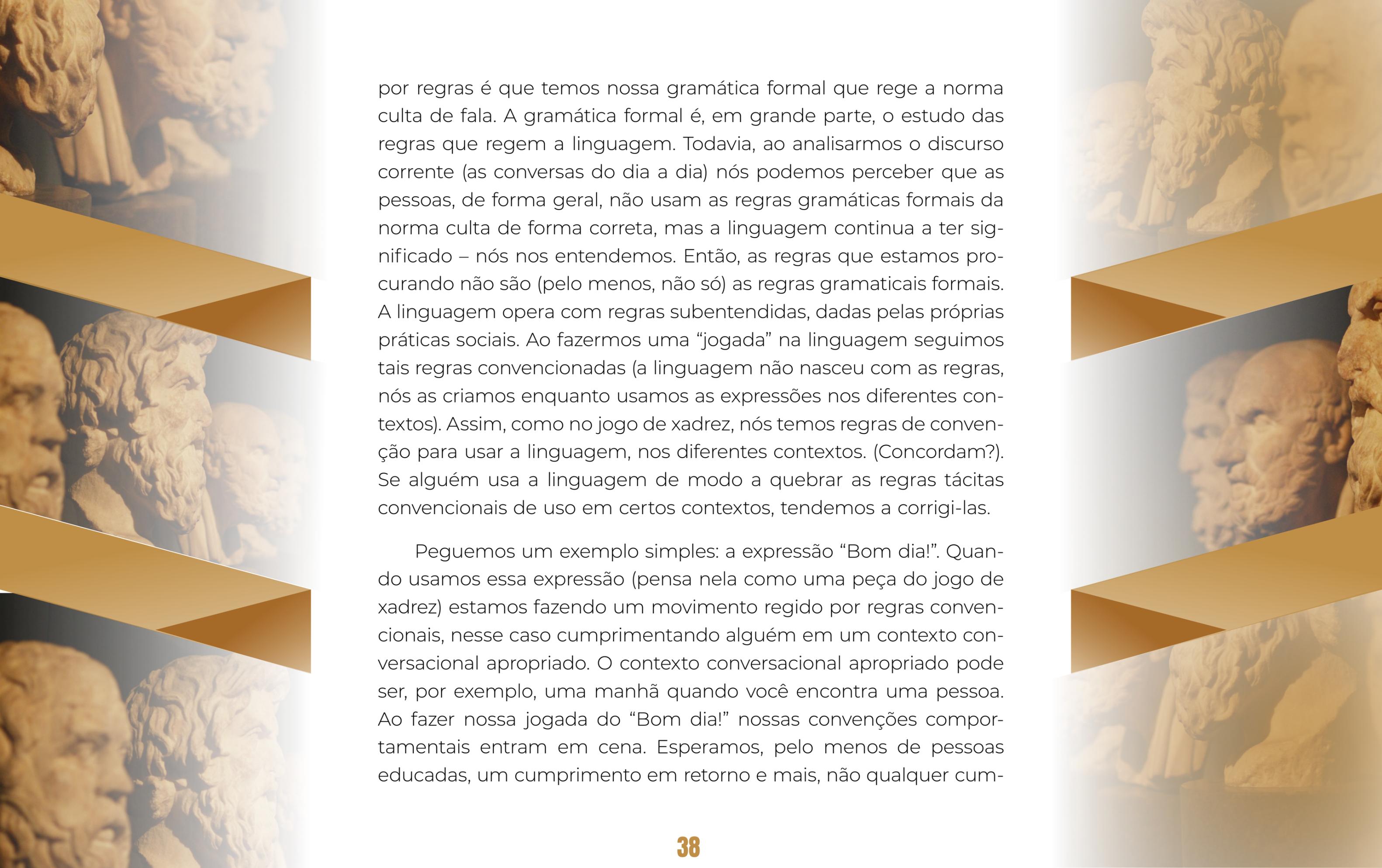
A perspectiva de Wittgenstein acerca do significado da linguagem dado no uso é uma poderosa ideia (e não uma teoria completa) para explicar fenômenos linguísticos complexos que teorias concorrentes têm sérios problemas para resolver. Mas, antes de passar à discussão dos prós e contras à teoria do uso, vamos entendê-la melhor.

### **A vida de Wittgenstein**

## 3.2 A analogia do jogo de xadrez e do jogo linguístico

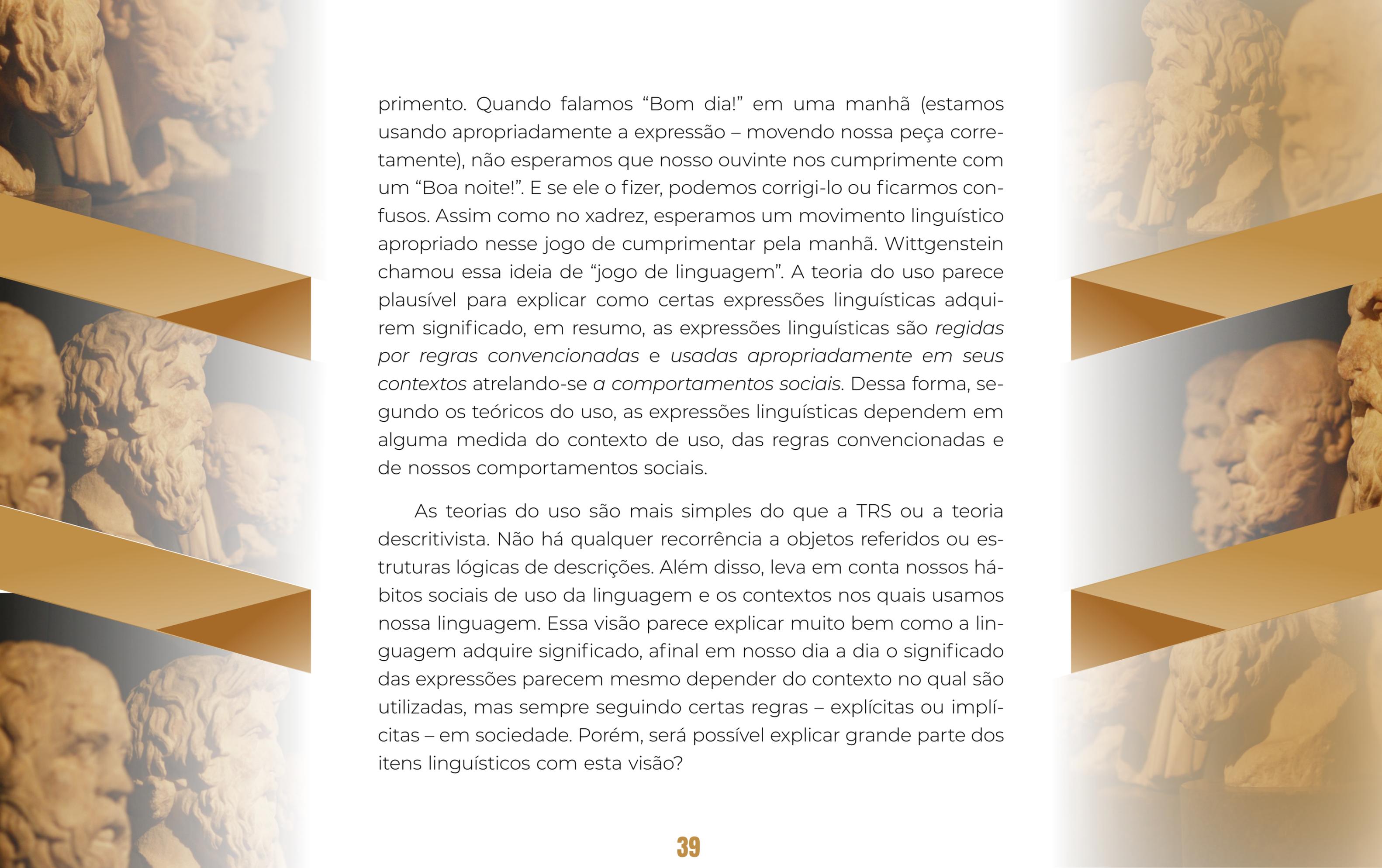
Para deixar a ideia de Wittgenstein mais clara, vamos tentar usar a analogia do próprio filósofo entre “fazer jogadas” em uma partida de xadrez e “fazer jogadas” no uso da linguagem. Vocês sabem como as peças de xadrez se movimentam? Quais são as jogadas permitidas e quais não são? Quais movimentos são eficientes dado um movimento anterior de seu adversário? Quando jogamos xadrez (ou qualquer outro jogo) seguimos regras (dependendo do jogo, extremamente complexas) e adequamos nosso comportamento (ou seja, nossas futuras jogadas) dada as jogadas do nosso adversário. A coerência do jogo só se dá se seguirmos as regras e nos comportarmos de maneira adequada dado as jogadas feitas naquela partida (ou seja, o contexto). Se as pessoas não seguirem as regras do jogo e não se comportarem de maneira adequada no contexto das jogadas dadas, provavelmente, não teremos sucesso no jogo ou, ainda, não haverá jogo algum, de todo em todo. Mas, uma vez que a pessoa domina as regras do jogo, ela pode esperar comportamentos específicos que condizem com o jogo. Por exemplo, jogando xadrez podemos corrigir nosso adversário se ele fizer um movimento impróprio, ou seja, corrigimos o uso que ele faz da jogada e o comportamento associado (já que limitamos o que ele pode fazer, dado as regras).

Tentemos transpor isso para a linguagem. Primeiro, para fazer a analogia funcionar, temos que analisar se nossa linguagem é regida por regras. Nossa primeira evidência para defender que ela é regida



por regras é que temos nossa gramática formal que rege a norma culta de fala. A gramática formal é, em grande parte, o estudo das regras que regem a linguagem. Todavia, ao analisarmos o discurso corrente (as conversas do dia a dia) nós podemos perceber que as pessoas, de forma geral, não usam as regras gramaticais formais da norma culta de forma correta, mas a linguagem continua a ter significado – nós nos entendemos. Então, as regras que estamos procurando não são (pelo menos, não só) as regras gramaticais formais. A linguagem opera com regras subentendidas, dadas pelas próprias práticas sociais. Ao fazermos uma “jogada” na linguagem seguimos tais regras convencionadas (a linguagem não nasceu com as regras, nós as criamos enquanto usamos as expressões nos diferentes contextos). Assim, como no jogo de xadrez, nós temos regras de convenção para usar a linguagem, nos diferentes contextos. (Concordam?). Se alguém usa a linguagem de modo a quebrar as regras tácitas convencionais de uso em certos contextos, tendemos a corrigi-las.

Pegemos um exemplo simples: a expressão “Bom dia!”. Quando usamos essa expressão (pensa nela como uma peça do jogo de xadrez) estamos fazendo um movimento regido por regras convencionais, nesse caso cumprimentando alguém em um contexto conversacional apropriado. O contexto conversacional apropriado pode ser, por exemplo, uma manhã quando você encontra uma pessoa. Ao fazer nossa jogada do “Bom dia!” nossas convenções comportamentais entram em cena. Esperamos, pelo menos de pessoas educadas, um cumprimento em retorno e mais, não qualquer cum-



primento. Quando falamos “Bom dia!” em uma manhã (estamos usando apropriadamente a expressão – movendo nossa peça corretamente), não esperamos que nosso ouvinte nos cumprimente com um “Boa noite!”. E se ele o fizer, podemos corrigi-lo ou ficarmos confusos. Assim como no xadrez, esperamos um movimento linguístico apropriado nesse jogo de cumprimentar pela manhã. Wittgenstein chamou essa ideia de “jogo de linguagem”. A teoria do uso parece plausível para explicar como certas expressões linguísticas adquirem significado, em resumo, as expressões linguísticas são *regidas por regras convencionadas e usadas apropriadamente em seus contextos atrelando-se a comportamentos sociais*. Dessa forma, segundo os teóricos do uso, as expressões linguísticas dependem em alguma medida do contexto de uso, das regras convencionadas e de nossos comportamentos sociais.

As teorias do uso são mais simples do que a TRS ou a teoria descritivista. Não há qualquer recorrência a objetos referidos ou estruturas lógicas de descrições. Além disso, leva em conta nossos hábitos sociais de uso da linguagem e os contextos nos quais usamos nossa linguagem. Essa visão parece explicar muito bem como a linguagem adquire significado, afinal em nosso dia a dia o significado das expressões parecem mesmo depender do contexto no qual são utilizadas, mas sempre seguindo certas regras – explícitas ou implícitas – em sociedade. Porém, será possível explicar grande parte dos itens linguísticos com esta visão?

Teorias do uso, incluso a de Wittgenstein, tem alguns problemas, mas nós veremos dois deles.

### 3.3 Duas objeções às Teorias do Uso

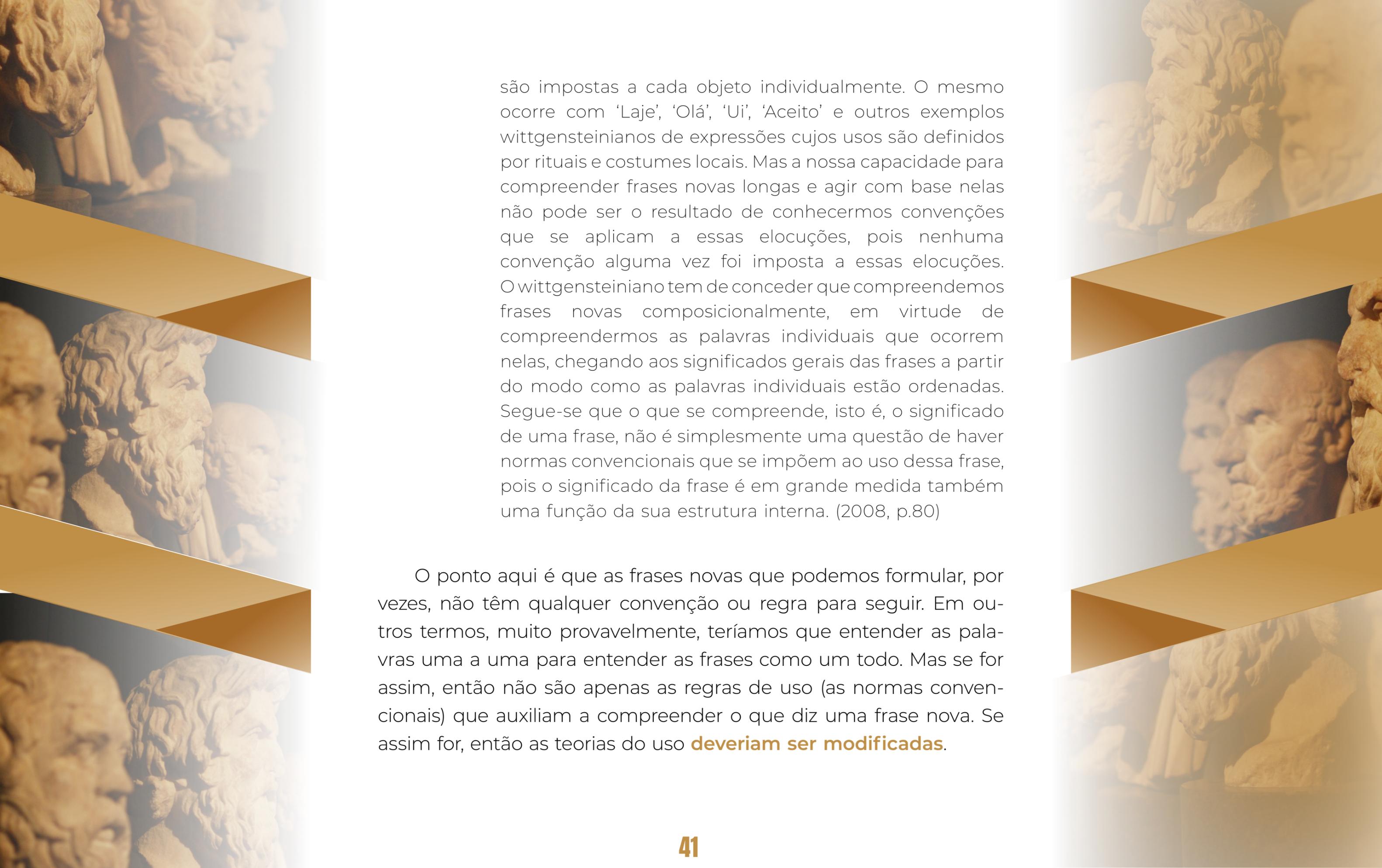
#### (I) O problema dos nomes próprios

Teóricos do uso enfrentam alguns desafios em termos linguísticos como, por exemplo, os nomes próprios. Tente imaginar qual a regra de uso dos nomes próprios. Você consegue formular qual regra que empregamos para usar nomes como Machado de Assis, J.K. Rowling ou de sua melhor amiga? (LYCAN, 2008). Ao que parece, não há nenhuma regra de uso clara – seja implícita ou explícita – mas continuamos a utilizar os nomes com sucesso. O ponto aqui é que as regras de uso são uma condição necessária para que a linguagem adquira significado dentro dos contexto de uso em sociedade.

#### (II) O Problema das frases novas

##### Segundo Lycan

A teoria wittgensteiniana parece desamparada face ao nosso dado original: a capacidade espantosa para compreender frases longas completamente novas quando as ouvimos pela primeira vez e sem um momento de reflexão. As peças de xadrez e coisas análogas são tipos familiares e recorrentes de objeto, e as regras do seu uso



são impostas a cada objeto individualmente. O mesmo ocorre com 'Laje', 'Olá', 'Ui', 'Aceito' e outros exemplos wittgensteinianos de expressões cujos usos são definidos por rituais e costumes locais. Mas a nossa capacidade para compreender frases novas longas e agir com base nelas não pode ser o resultado de conhecermos convenções que se aplicam a essas elocuições, pois nenhuma convenção alguma vez foi imposta a essas elocuições. O wittgensteiniano tem de conceder que compreendemos frases novas composicionalmente, em virtude de compreendermos as palavras individuais que ocorrem nelas, chegando aos significados gerais das frases a partir do modo como as palavras individuais estão ordenadas. Segue-se que o que se compreende, isto é, o significado de uma frase, não é simplesmente uma questão de haver normas convencionais que se impõem ao uso dessa frase, pois o significado da frase é em grande medida também uma função da sua estrutura interna. (2008, p.80)

O ponto aqui é que as frases novas que podemos formular, por vezes, não têm qualquer convenção ou regra para seguir. Em outros termos, muito provavelmente, teríamos que entender as palavras uma a uma para entender as frases como um todo. Mas se for assim, então não são apenas as regras de uso (as normas convencionais) que auxiliam a compreender o que diz uma frase nova. Se assim for, então as teorias do uso **deveriam ser modificadas**.

## **4. O PROBLEMA DA REFERÊNCIA: ASPECTOS DA REFERÊNCIA DIRETA E A TEORIA HISTÓRICO-CAUSAL**

### **4.1 Conceitos e noções chave**

#### **1. O que são os mundos possíveis?**

A concepção de mundos possíveis foi defendida, com muita ênfase, contemporaneamente, por um filósofo chamado David Lewis (1941-2001). Lewis defendia o realismo modal: a tese segundo a qual os mundos possíveis existem, de fato. Todavia, não precisamos aceitar o realismo modal de Lewis. Podemos encarar os mundos possíveis como uma ferramenta para falar de coisas que poderiam ter acontecido. Mas, o que são mundos possíveis afinal? Para entender melhor o que são os mundos possíveis, primeiro definimos o que significa mundo atual.

Mundo atual: o mundo atual é a realidade na qual vivemos. Engloba não somente o planeta terra (literalmente, nosso mundo), envolve também todo o Universo e seus componentes (chamamos isso de realidade total).

Mundo possível: um mundo possível é uma espécie de realidade admissível diferente do mundo atual em, pelo menos, um aspecto. Neste sentido, o mundo atual tam-

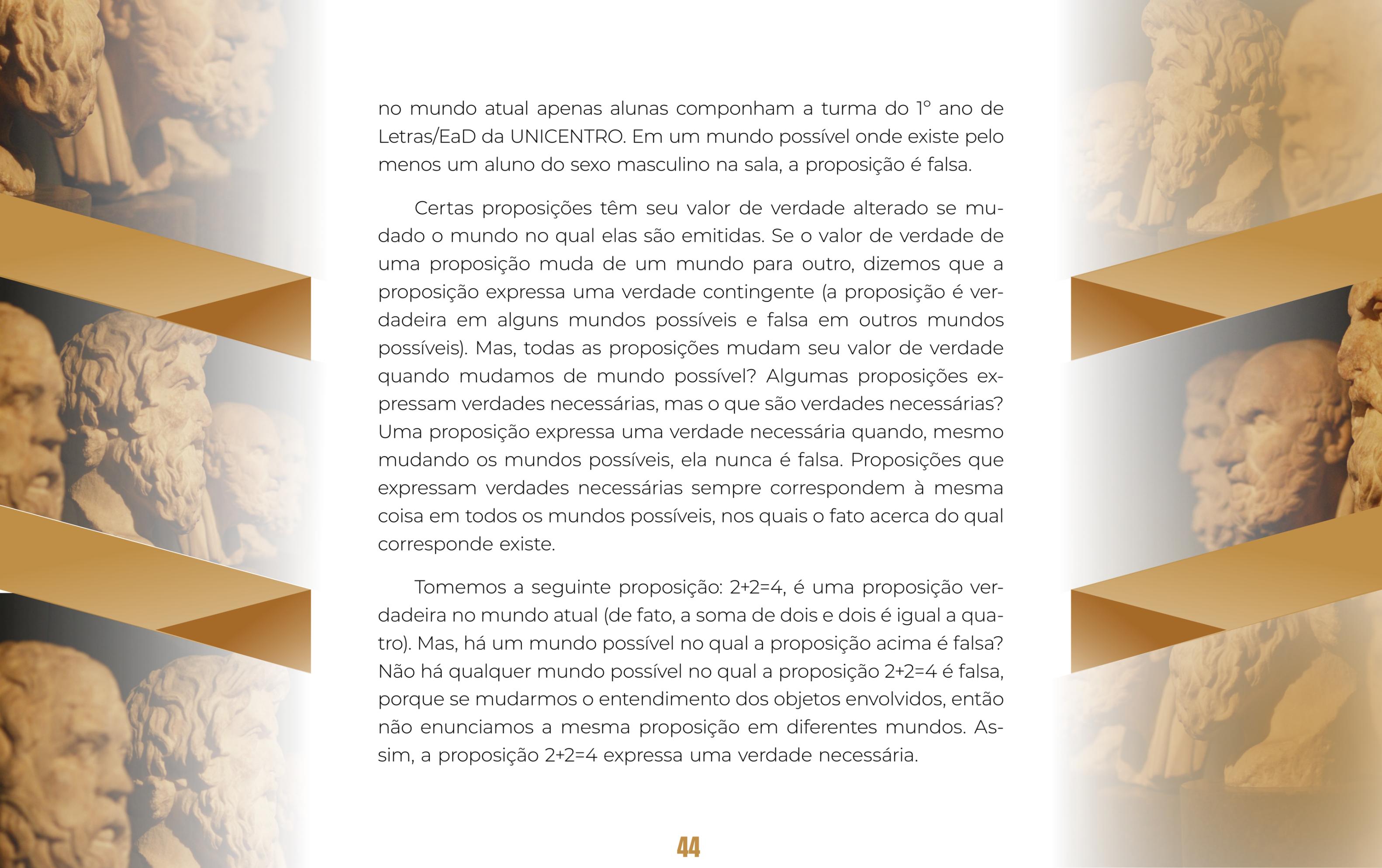
bém é um mundo possível, o que diferencia os dois é que o mundo atual é a realidade e um mundo possível é uma plausível realidade que não é o caso de ser a nossa.

Um exemplo ajuda: Se os espanhóis tivessem colonizado o Brasil, falaríamos espanhol ao invés de português. Então, no mundo atual é verdade que fomos colonizados por portugueses e falamos a língua portuguesa. Mas há um mundo possível, no qual o Brasil foi colonizado por espanhóis e nós falamos espanhol. Então, ao mudar um aspecto da realidade (pensar no que poderia ter acontecido), pensamos em **mundo possível**.

## **2. O valor de verdade de uma proposição e os mundos possíveis**

Grosso modo, uma proposição é uma frase afirmativa que tem sentido (não é um amálgama aleatório de palavras), que pode ser verdadeira ou falsa. Uma teoria amplamente aceita acerca da verdade (ou falsidade) de uma proposição é que seu conteúdo descreva um estado de coisas do mundo (um evento, um objeto, uma atividade, uma atitude, um fato etc.). Essa teoria da verdade é chamada de teoria da correspondência ou teoria da verdade como correspondência. Então, uma proposição é verdadeira se, e somente se, corresponde a alguma coisa no mundo.

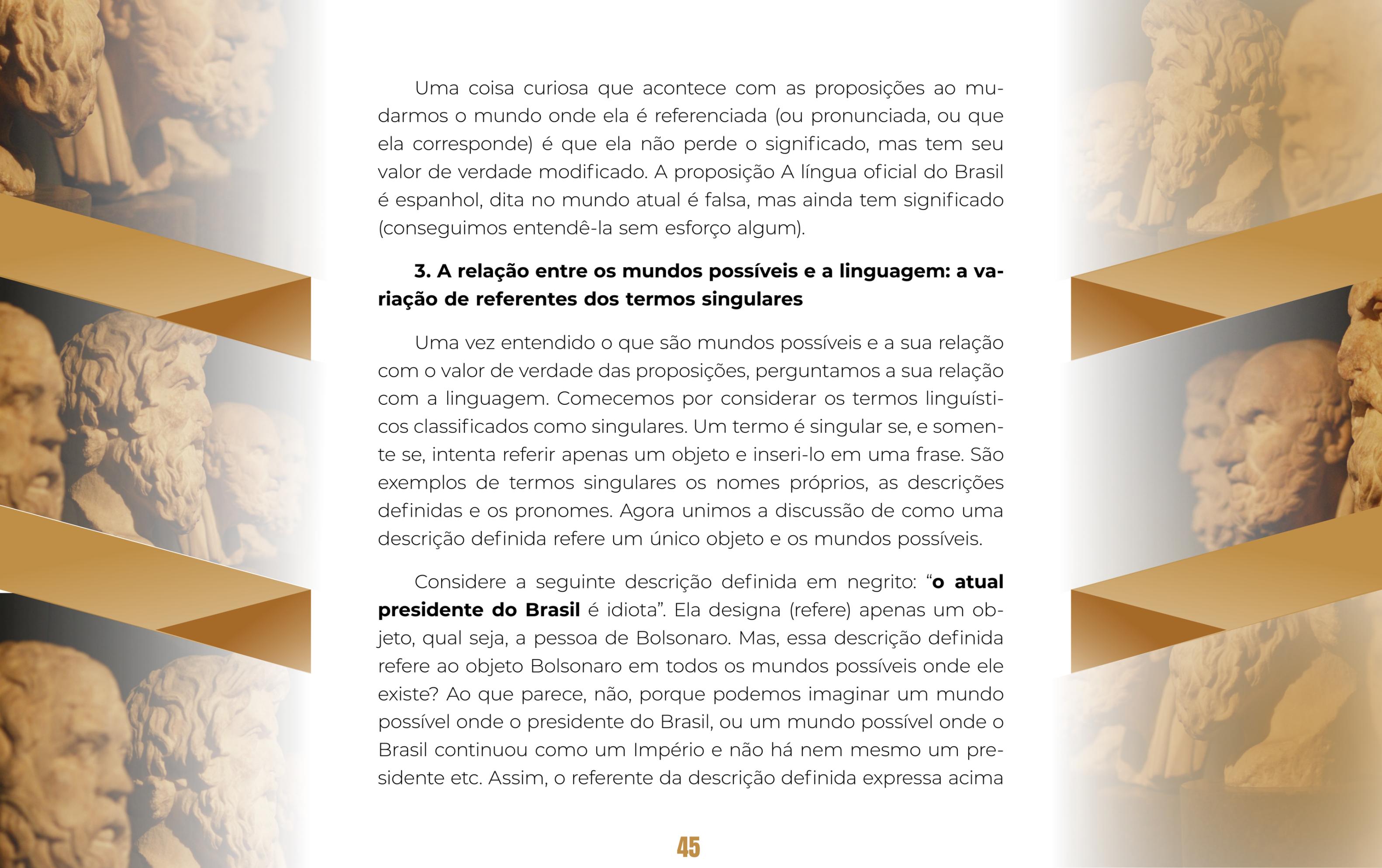
Considerando a seguinte proposição: “A turma do 1º ano de Letras/EaD da UNICENTRO é composta apenas por mulheres.” Essa proposição é verdadeira ou falsa? Sua verdade depende do fato de que



no mundo atual apenas alunas compõem a turma do 1º ano de Letras/EaD da UNICENTRO. Em um mundo possível onde existe pelo menos um aluno do sexo masculino na sala, a proposição é falsa.

Certas proposições têm seu valor de verdade alterado se mudado o mundo no qual elas são emitidas. Se o valor de verdade de uma proposição muda de um mundo para outro, dizemos que a proposição expressa uma verdade contingente (a proposição é verdadeira em alguns mundos possíveis e falsa em outros mundos possíveis). Mas, todas as proposições mudam seu valor de verdade quando mudamos de mundo possível? Algumas proposições expressam verdades necessárias, mas o que são verdades necessárias? Uma proposição expressa uma verdade necessária quando, mesmo mudando os mundos possíveis, ela nunca é falsa. Proposições que expressam verdades necessárias sempre correspondem à mesma coisa em todos os mundos possíveis, nos quais o fato acerca do qual corresponde existe.

Tomemos a seguinte proposição:  $2+2=4$ , é uma proposição verdadeira no mundo atual (de fato, a soma de dois e dois é igual a quatro). Mas, há um mundo possível no qual a proposição acima é falsa? Não há qualquer mundo possível no qual a proposição  $2+2=4$  é falsa, porque se mudarmos o entendimento dos objetos envolvidos, então não enunciaremos a mesma proposição em diferentes mundos. Assim, a proposição  $2+2=4$  expressa uma verdade necessária.



Uma coisa curiosa que acontece com as proposições ao mudarmos o mundo onde ela é referenciada (ou pronunciada, ou que ela corresponde) é que ela não perde o significado, mas tem seu valor de verdade modificado. A proposição A língua oficial do Brasil é espanhol, dita no mundo atual é falsa, mas ainda tem significado (conseguimos entendê-la sem esforço algum).

### **3. A relação entre os mundos possíveis e a linguagem: a variação de referentes dos termos singulares**

Uma vez entendido o que são mundos possíveis e a sua relação com o valor de verdade das proposições, perguntamos a sua relação com a linguagem. Começamos por considerar os termos linguísticos classificados como singulares. Um termo é singular se, e somente se, intenta referir apenas um objeto e inseri-lo em uma frase. São exemplos de termos singulares os nomes próprios, as descrições definidas e os pronomes. Agora unimos a discussão de como uma descrição definida refere um único objeto e os mundos possíveis.

Considere a seguinte descrição definida em negrito: “**o atual presidente do Brasil** é idiota”. Ela designa (refere) apenas um objeto, qual seja, a pessoa de Bolsonaro. Mas, essa descrição definida refere ao objeto Bolsonaro em todos os mundos possíveis onde ele existe? Ao que parece, não, porque podemos imaginar um mundo possível onde o presidente do Brasil, ou um mundo possível onde o Brasil continuou como um Império e não há nem mesmo um presidente etc. Assim, o referente da descrição definida expressa acima

muda se mudarmos o mundo possível. O ponto interessante a se notar é: se o significado de uma descrição definida é o próprio objeto que ela refere, então o significado teria que mudar assim que mudamos o mundo possível.

#### 4. Designadores flácidos e rígidos

Kripke argumenta, empregando a linguagem dos mundos possíveis, que alguns termos singulares são designadores flácidos, enquanto outros são designadores rígidos. Todavia, qual a diferença entre esses tipos de designadores?

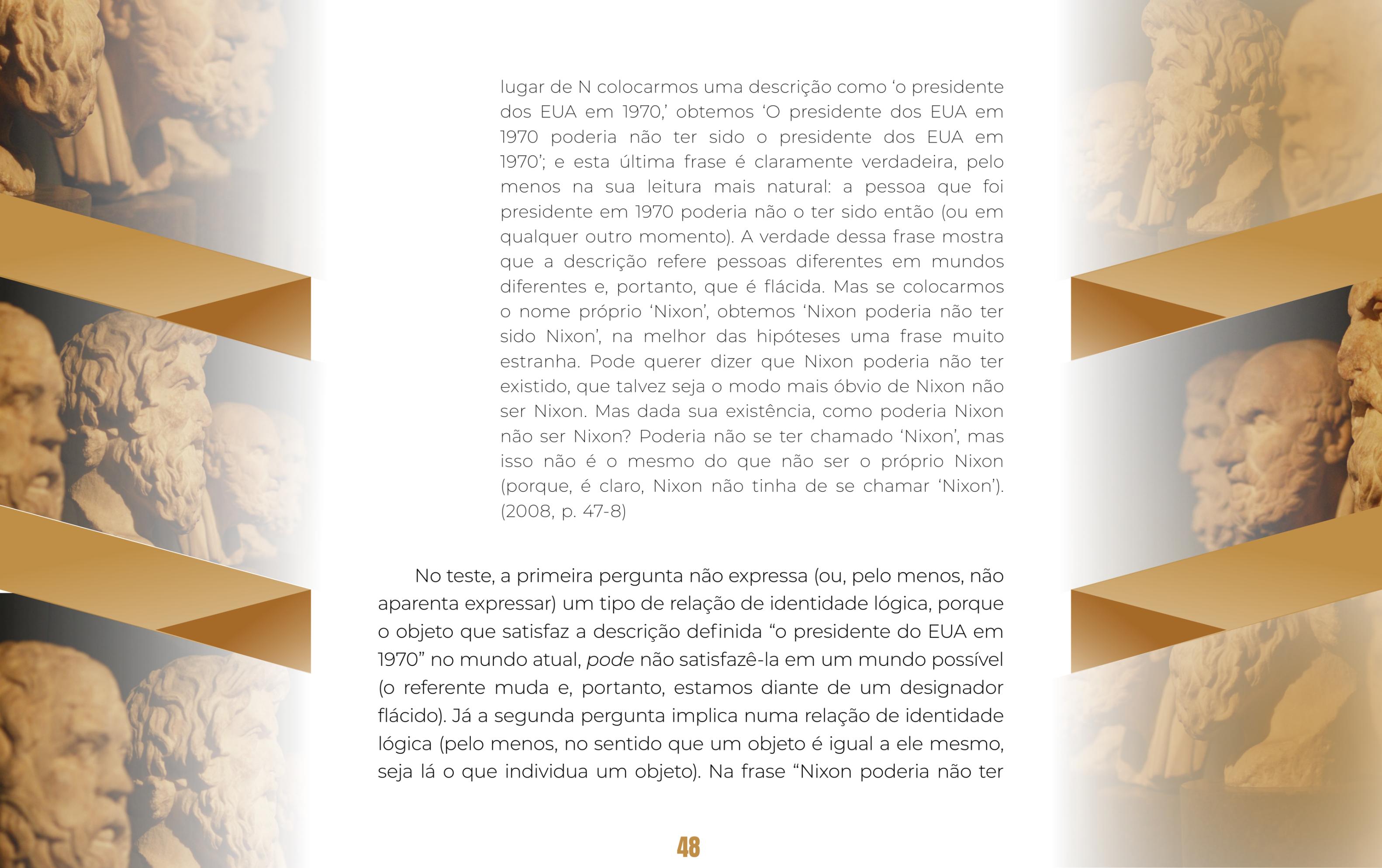
- Designadores flácidos: é um termo singular que pode mudar de referente quando mudamos o mundo possível. Dependendo de como usamos uma descrição definida (como as de Russell) elas variam seus referentes através dos mundos, então são designadores flácidos.
- Designadores rígidos: é um termo singular que não muda de referente quando mudamos o mundo possível (pelo menos, refere o mesmo objeto em todos os mundos possíveis em que o objeto existe). Dependendo de como usamos os **nomes próprios**, segundo Kripke, eles sempre designam o mesmo objeto em todos mundos possíveis em que o objeto existe.

A pergunta que surge é: o que concluir com essas distinções acerca dos designadores? A primeira coisa é que os nomes próprios têm propriedades diferentes das descrições definidas como, por exemplo, o referente das últimas varia de mundo para mundo, enquanto o dos nomes próprios não. Então, os nomes próprios não são descrições definidas disfarçadas como defendia Russell. Outro aspecto que sobressai é que: como os nomes próprios não são reduzidos à descrições definidas, então não podemos (ou não é possível) explicar seu significado indiretamente (defender que o que dá significado aos nomes próprios são as descrições definidas subjacentes a eles), o que nos deixa somente com um curso de ação para explicar o significado dos nomes próprios, recorrer a uma teoria da referência direta dos nomes próprios (estamos em maus lençóis). Uma teoria da referência direta dos nomes próprios defende que o significado de um nome próprio é o objeto ao qual ele refere (sem adição de qualquer coisa). Todavia, antes de passar para uma discussão com algum pormenor da referência direta (e seus problemas), vejamos como identificar um termo singular como rígido ou flácido.

## 4.2 Testando Designadores

Segundo Lycan, o teste de Kripke funciona da seguinte maneira:

Kripke oferece um pequeno teste adicional para dizer se um termo é rígido: experimente inserir o termo no enquadramento frásico 'N poderia não ter sido N.' Se no



lugar de N colocarmos uma descrição como ‘o presidente dos EUA em 1970,’ obtemos ‘O presidente dos EUA em 1970 poderia não ter sido o presidente dos EUA em 1970’; e esta última frase é claramente verdadeira, pelo menos na sua leitura mais natural: a pessoa que foi presidente em 1970 poderia não o ter sido então (ou em qualquer outro momento). A verdade dessa frase mostra que a descrição refere pessoas diferentes em mundos diferentes e, portanto, que é flácida. Mas se colocarmos o nome próprio ‘Nixon’, obtemos ‘Nixon poderia não ter sido Nixon’, na melhor das hipóteses uma frase muito estranha. Pode querer dizer que Nixon poderia não ter existido, que talvez seja o modo mais óbvio de Nixon não ser Nixon. Mas dada sua existência, como poderia Nixon não ser Nixon? Poderia não se ter chamado ‘Nixon’, mas isso não é o mesmo do que não ser o próprio Nixon (porque, é claro, Nixon não tinha de se chamar ‘Nixon’). (2008, p. 47-8)

No teste, a primeira pergunta não expressa (ou, pelo menos, não aparenta expressar) um tipo de relação de identidade lógica, porque o objeto que satisfaz a descrição definida “o presidente do EUA em 1970” no mundo atual, *pode* não satisfazê-la em um mundo possível (o referente muda e, portanto, estamos diante de um designador flácido). Já a segunda pergunta implica numa relação de identidade lógica (pelo menos, no sentido que um objeto é igual a ele mesmo, seja lá o que individua um objeto). Na frase “Nixon poderia não ter

“...se Nixon”, fixamos o referente (o objeto) no mundo atual e falamos dele nos mundos possíveis. Assim, o nome próprio refere (ou fixa) o objeto e podemos, agora, falar livremente acerca dele nos mundos hipotéticos. Estamos criando um mundo hipotético no qual queremos saber se uma propriedade é essencial de um objeto. Tomemos a seguinte frase: Bruno Santos é brasileiro. A pergunta a ser feita é: Poderia Bruno Santos não ser brasileiro?, em um mundo possível poderia, mas poderia Bruno Santos não ser Bruno Santos?, a resposta parece ser negativa, porque se dissermos que Bruno Santos pode não ser Bruno Santos (de maneira não metafórica) estaríamos negando a lei da identidade lógica. Se isso for verdade, então nomes próprios (usados dessa maneira) são designadores rígidos (não mudam de referente), mesmo que as propriedades atribuídas aos objetos nos diferentes mundos possíveis mudem.

### 4.3 Aspectos da referência direta

Quando Russell desenvolveu a teoria das descrições definidas, usou (dentre outros argumentos) os quatro quebra-cabeças para mostrar que os nomes millianos não conseguem explicar como nomes próprios adquirem significado. Mas, Kripke atacou a tese de Russell mostrando que nem as descrições definidas o fazem com sucesso, uma vez que não individuariam o mesmo objeto (elas são flácidas). Todavia, Kripke não defendeu que todos os designadores rígidos são nomes millianos. O ponto é que todo nome milliano é um designador rígido, mas nem todo designador rígido é um nome

milliano. Por exemplo: descrições definidas podem ser usadas rigidamente. Lycan dá o seguinte exemplo:

Suponha-se que aceitamos a perspectiva prevalecente de que todas as verdades aritméticas são verdades necessárias. Então há descrições aritméticas, como 'a raiz quadrada positiva de nove' que são rígidas, por exemplo designam o mesmo número em todos os mundos possíveis, mas certamente que não são millianas porque para garantir a sua referência usam o seu conteúdo conceitual. (2008, p. 49)

A pergunta agora é: se descrições definidas (pelo menos algumas delas) contribuem para o significado da frase, não deveríamos simplesmente aceitar a tese descritivista do significado e abrir mão da teoria da referência direta (dos nomes próprios)? O problema é que a teoria descritivista de Russell implica que descrições flácidas fazem contribuições diferentes dos nomes próprios e, portanto, as descrições flácidas não são equivalentes aos nomes próprios. Quando montamos a tríade de afirmações quantificadas de uma descrição definida que funciona flacidamente, referimos objetos diferentes em diferentes mundos possíveis.

Exemplo:

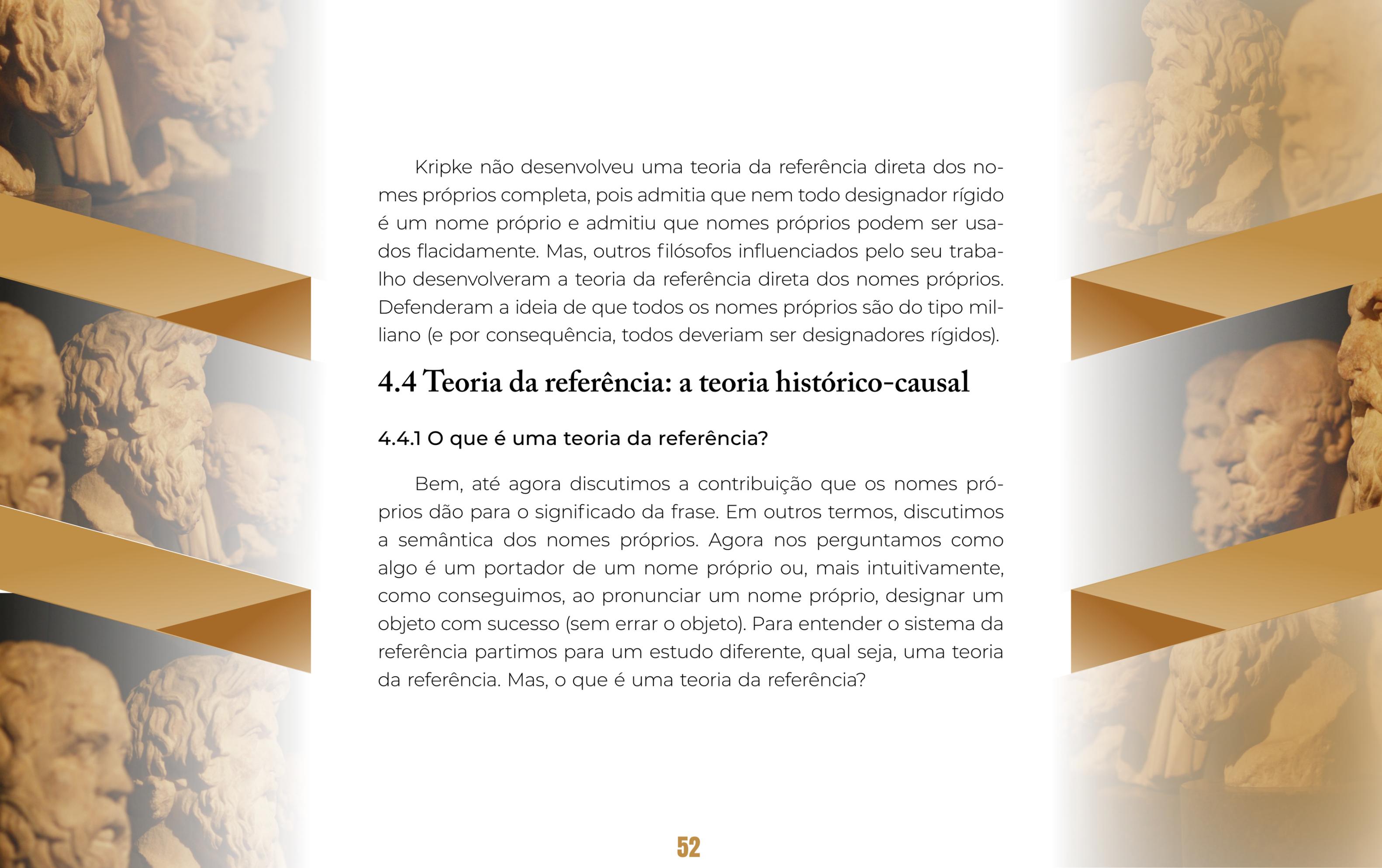
Tome a seguinte descrição definida em  $W_{@}$

(a) “**A maior artilheira da seleção brasileira** é baixa” (descrição definida em negrito)

Pela análise de Russell temos:

1. pelo menos uma pessoa é a maior artilheira da seleção brasileira;
2. no máximo uma pessoa é a maior artilheira da seleção brasileira e;
3. seja o que for que é a maior artilheira da seleção brasileira tem a propriedade de ser baixa.

Para Russell, a contribuição que a descrição definida dá para frase (a) é a tríade de afirmação quantificadas. Em  $W_{@}$  falamos da jogadora Marta Vieira da Silva. Todavia, em  $W_1$  o objeto que satisfaz essa tríade de afirmações quantificadas poderia ser outro, por exemplo, poderia ser a jogadora Formiga. Alguém poderia perguntar, mas o que isso demonstra? Demonstra que: (i) os nomes próprios não podem ser reduzidos a descrições flácidas; (ii) que o valor de verdade de uma proposição na qual ocorre uma descrição definida flácida, varia de mundo para mundo, expressa uma verdade contingente (no mundo possível em que a seleção brasileira não existe, todas as afirmações da análise de Russell são falsas, por exemplo); (iii) não conseguimos explicar o significado de uma descrição definida flácida através da análise de Russell e nem fixar seu referente.



Kripke não desenvolveu uma teoria da referência direta dos nomes próprios completa, pois admitia que nem todo designador rígido é um nome próprio e admitiu que nomes próprios podem ser usados flacidamente. Mas, outros filósofos influenciados pelo seu trabalho desenvolveram a teoria da referência direta dos nomes próprios. Defenderam a ideia de que todos os nomes próprios são do tipo miliano (e por consequência, todos deveriam ser designadores rígidos).

## **4.4 Teoria da referência: a teoria histórico-causal**

### **4.4.1 O que é uma teoria da referência?**

Bem, até agora discutimos a contribuição que os nomes próprios dão para o significado da frase. Em outros termos, discutimos a semântica dos nomes próprios. Agora nos perguntamos como algo é um portador de um nome próprio ou, mais intuitivamente, como conseguimos, ao pronunciar um nome próprio, designar um objeto com sucesso (sem errar o objeto). Para entender o sistema da referência partimos para um estudo diferente, qual seja, uma teoria da referência. Mas, o que é uma teoria da referência?

Segundo Lycan,

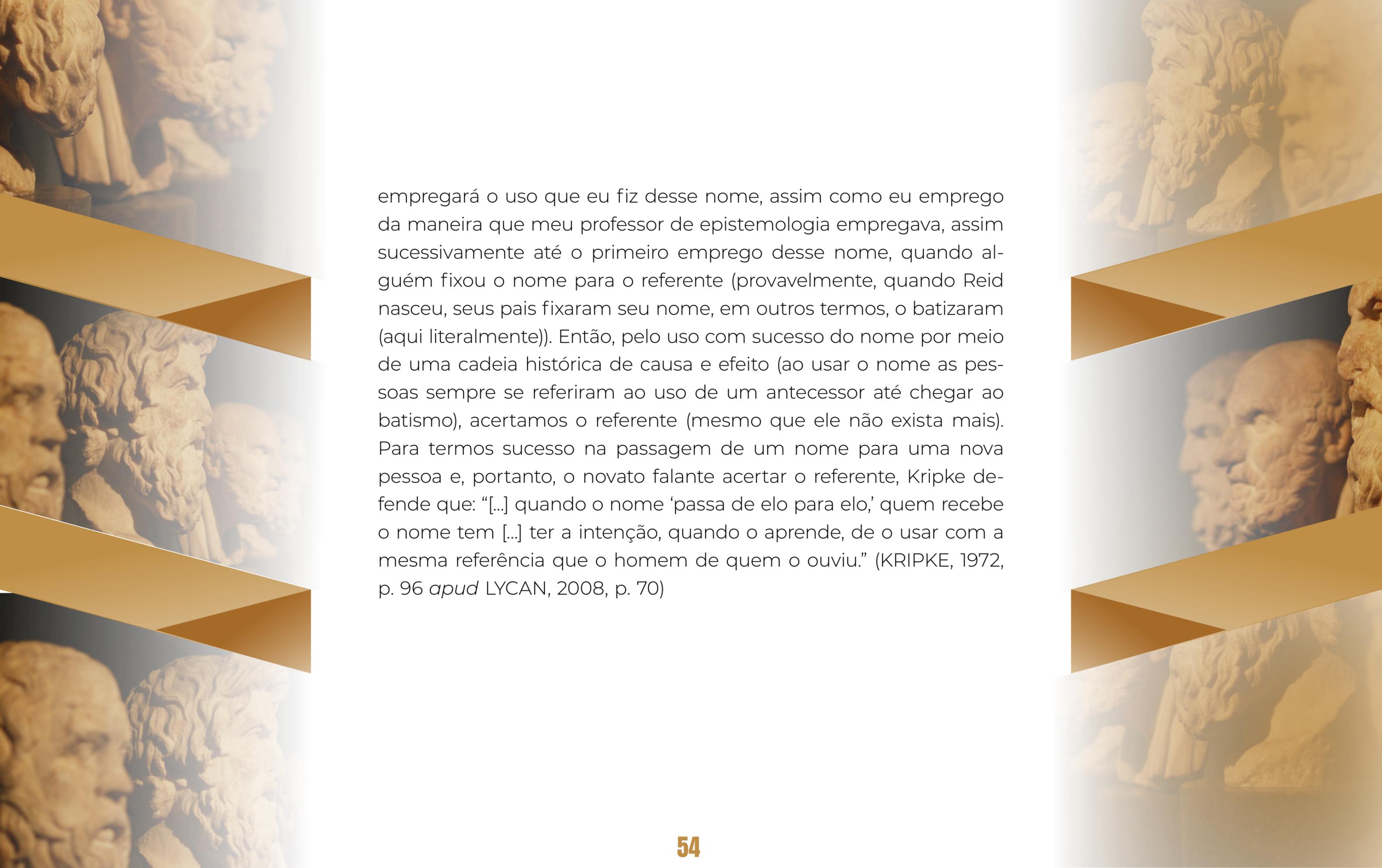
Uma teoria filosófica da referência é uma hipótese sobre que relação exatamente liga um nome ao seu referente — mais especificamente, é uma resposta à questão de saber o que é preciso para haver uma ligação referencial entre a nossa elocução de um nome e o indivíduo referido por essa elocução. ” (2008, p. 67)

#### 4.4.2 A teoria histórico-causal da referência.

Resumimos a teoria histórico-causal da referência como aquela que defende que, referimos com sucesso um objeto ao pronunciar seu nome (ao usarmos um nome próprio) porque partilhamos de um uso com sucesso desse item linguístico, na história. Assim, estamos causalmente conectados pela história com o referente do nome próprio. Para deixar mais claro esse sistema de referência, tomamos um exemplo:

(1) “Thomas Reid foi um importante escocês”

Alguém conhece quem foi Thomas Reid? Se não, como referimos, com sucesso, o objeto referido pelo nome Thomas Reid? Primeiro precisamos ser apresentados ao nome próprio Thomas Reid. Eu insiro o nome próprio como em (1) e você agora pode usar o nome Thomas Reid. Pronto, agora você pode usar o nome próprio Thomas Reid, com sucesso. Sempre que você disser Thomas Reid



empregará o uso que eu fiz desse nome, assim como eu emprego da maneira que meu professor de epistemologia empregava, assim sucessivamente até o primeiro emprego desse nome, quando alguém fixou o nome para o referente (provavelmente, quando Reid nasceu, seus pais fixaram seu nome, em outros termos, o batizaram (aqui literalmente)). Então, pelo uso com sucesso do nome por meio de uma cadeia histórica de causa e efeito (ao usar o nome as pessoas sempre se referiram ao uso de um antecessor até chegar ao batismo), acertamos o referente (mesmo que ele não exista mais). Para termos sucesso na passagem de um nome para uma nova pessoa e, portanto, o novato falante acertar o referente, Kripke defende que: “[...] quando o nome ‘passa de elo para elo,’ quem recebe o nome tem [...] ter a intenção, quando o aprende, de o usar com a mesma referência que o homem de quem o ouviu.” (KRIPKE, 1972, p. 96 *apud* LYCAN, 2008, p. 70)

## REFERÊNCIAS

CUNHA, R. A vida de Wittgenstein. **Crítica**, 2007. Disponível em [https://criticanarede.com/hist\\_witt.html](https://criticanarede.com/hist_witt.html), acesso em: 10/06/2021

FIGUEREDO, R. A. Introdução à metafísica das propriedades. **Crítica**, 2009. Disponível em <https://criticanarede.com/propriedades.html>. acesso em: 10/06/2021

FREGE, G. On concept and object. (1902) *In*: BLACK, M; GEACH, P (ed.) **Translations from the Philosophical Writings of Gottlob Frege**. Oxford: Basil Blackwell, 1952.

JACINTO, B. Mundos possíveis. **Compêndio em linha. Problemas de Filosofia Analítica**. Lisboa, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013. Disponível em [http://compendioemlinha.lettras.ulisboa.pt/wp-content/uploads/2015/01/bruno\\_jacinto\\_mundos\\_posiveis.pdf](http://compendioemlinha.lettras.ulisboa.pt/wp-content/uploads/2015/01/bruno_jacinto_mundos_posiveis.pdf), acesso em: 12/06/2021

KRIPKE, S. **Naming and necessity**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1972

LYCAN, W. G. **Philosophy of language**. A contemporary introduction. Nova York, Routledge, 2008

MEINONG, A. The theory of objects. *In*: CHISHOLM, Roderick M. (org). **Realism & the background of phenomenology**. Free Press, 1960, p.76-117.

RUSSELL, B. On Denoting. **Mind** 14: 479–93, 1905.

RUSSELL, B. **Introduction to mathematical philosophy**. New York: Clarion Books/Simon & Schuster, 1919.

SALLES, S. Filosofia da Linguagem. *In*: CID, R; SEGUNDO, L.M.H (org), **Problemas Filosóficos**. Uma introdução à Filosofia. Pelotas: NEPFil *on-line*, 2020, p. 453-489. Disponível em [https://wp.ufpel.edu.br/nepfil/files/2020/12/pf\\_sdfvf.pdf](https://wp.ufpel.edu.br/nepfil/files/2020/12/pf_sdfvf.pdf) acesso em: 11/06/2021

SALLES, S. Como os nomes nomeiam. Um passeio filosófico sobre a referência. Pelotas: NEPFil *on-line*, 2020a. Disponível em [http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/bitstream/prefix/6674/1/Como\\_os\\_nomes\\_nomeiam.pdf](http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/bitstream/prefix/6674/1/Como_os_nomes_nomeiam.pdf), acesso em 11/06/2021

SALLES, S. "Introdução à teoria das descrições definidas de Russell. **Crítica**, 2010. Disponível em <https://criticanarede.com/descricoes.html> acesso em: 10/06/2021

TEIXEIRA, C. Referência. **Crítica**, 2016. Disponível em <https://criticanarede.com/r.html> acesso em 10/06/2021

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE DO PARANÁ  
UNICENTRO**

**NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - NEAD  
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL - UAB**

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Claudia Maris Tullio  
**Coordenador Geral Curso**

Prof. Me. Cléber Trindade Barbosa  
**Coordenador Geral NEAD / Coordenador Administrativo do Curso**

Prof.<sup>a</sup> Me.<sup>a</sup> Marta Clediane Rodrigues Anciutti  
**Coordenadora de Programas e Projetos / Coordenadora Pedagógica**

Denise Cristina Holzer  
**Apoio Pedagógico**

Ruth Rieth Leonhardt  
**Revisora**

Murilo Holubovski  
**Designer Gráfico**

morhamedufmg/Pixabay  
**Foto**

Jul/2021